

29 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Gilmar na Vanguarda

CELSO ROCHA DE BARROS

O impeachment não foi golpe; foi dessas coisas de república de bananas que fazemos de vez em quando

O IMPEACHMENT de 2016 não foi um golpe. Foi uma dessas coisas de república de bananas que fazemos de vez em quando. Cinco anos de mandato para Sarney, por exemplo, ou a reeleição de FHC valendo já para ele mesmo. É o tipo de coisa que faz as pessoas acreditarem no Ryan Lochte a não ser que apareça um vídeo.

Com o encerramento do processo no Senado, editoriais sobre recomeço e uma nova fase serão vendidos às dúzias. Há chance real de melhora econômica, até porque o impasse, em si, gerava incerteza. E a equipe econômica é mesmo boa. Mas as perspectivas políticas são ainda piores do que quando a crise começou.

O mesmo processo que derrubou o PT continua em curso: a classe política quer se recompor após o choque da Lava Jato. Tentou fazer isso com o PT no governo, com cumplicidade de muitos petistas, mas não foi possível. Sobre isso, deixo como indicação bibliográfica "Não Sabia que Estavam Cavando", obra-prima de Romero Jucá publicada em 2016.

Tentarão agora de novo sob Temer, com mais chance de sucesso.

O sinal dos novos tempos foi dado por Gilmar Mendes, ministro do Supremo e foto do mês de janeiro no calendário dos conservadores brasileiros. Às vésperas do impeachment, Gilmar iniciou uma ofensiva contra os esforços recentes de combate à corrupção no Brasil.

Disse que a Ficha Limpa era coisa de bêbados, que as "Dez medidas contra a corrupção" em discussão no Congresso eram "cretinas". Quando denúncias, algo forçadas,

contra Dias Toffoli vazaram, achou por bem lembrar aos procuradores da Lava Jato que "o cemitério está cheio desses heróis".

Enquanto isso, transcorre uma batalha muito mais importante do que o teatro melancólico no Senado. A jornalista Maria Cristina Fernandes denunciou que congressistas pretendem reforçar a distinção legal entre caixa 2 e corrupção. São mesmo duas coisas diferentes, mas, no contexto atual, o plano é claro: os empreiteiros delatores confessariam apenas caixa dois, sem deixar claro que roubalheiras os políticos ofereceram em troca do dinheiro.

Assim, as centenas de políticos envolvidos seriam denunciados por crimes menores. Se houver uma flexibilização da Ficha Limpa, nem isso será um transtorno.

Enquanto os procuradores lutavam para evitar esse desfecho, Gilmar achou por bem lembrar-lhes da inevitabilidade da morte.

No dia seguinte à entrevista, Gilmar compareceu a um evento oficial com Michel Temer. Pouco depois, Rodrigo Maia, recém-eleito presidente da Câmara, declarou que as críticas do ministro à Lava Jato deviam ser "ouvidas com muita atenção". Como disse Gilmar, "o recado está dado".

Gilmar é ousado porque sabe que joga com cartas boas. Ocupa a presidência do TSE, e sua ocupação no momento é inventar algum malabarismo que justifique julgar as contas de Dilma e de Temer separadamente. Se não conseguir, Temer será cassado. Muita gente inteligente teme que isso ameace a recuperação econômica, ao menos no momento atual. Gilmar não chega a ser

intocável, mas criticá-lo traz, sim, um certo risco sistêmico.

Com a economia como refém, Gilmar saiu em defesa dos políticos acusados de corrupção. Acostumem-se com o padrão, vamos assim até 2018: semanalmente escolhendo entre a recuperação econômica e o combate à corrupção. Gilmar foi só a vanguarda.

FOLHA DE S. PAULO 29 AGO 2016

A justiça do impeachment

TASSO JEREISSATI

A Constituição confere ao Senado Federal, e não ao Poder Judiciário, a competência para julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade, revelando o caráter excepcional desse julgamento.

Por sua vez, o rito estabelecido pelo STF (Supremo Tribunal Federal) preservou as garantias processuais e a plena defesa da presidente, ao mesmo tempo em que evidencia tratar-se de um processo eminentemente político. Apesar de o julgamento ser comandado pelo presidente do Supremo, os senadores atuam tanto como promotores/advogados quanto como juízes.

O maior valor a ser preservado não é, simplesmente, o direito da presidente a manter seu mandato mas sim o direito dos cidadãos a um bom governo, o que se sobrepõe ao interesse de qualquer eventual ocupante do poder.

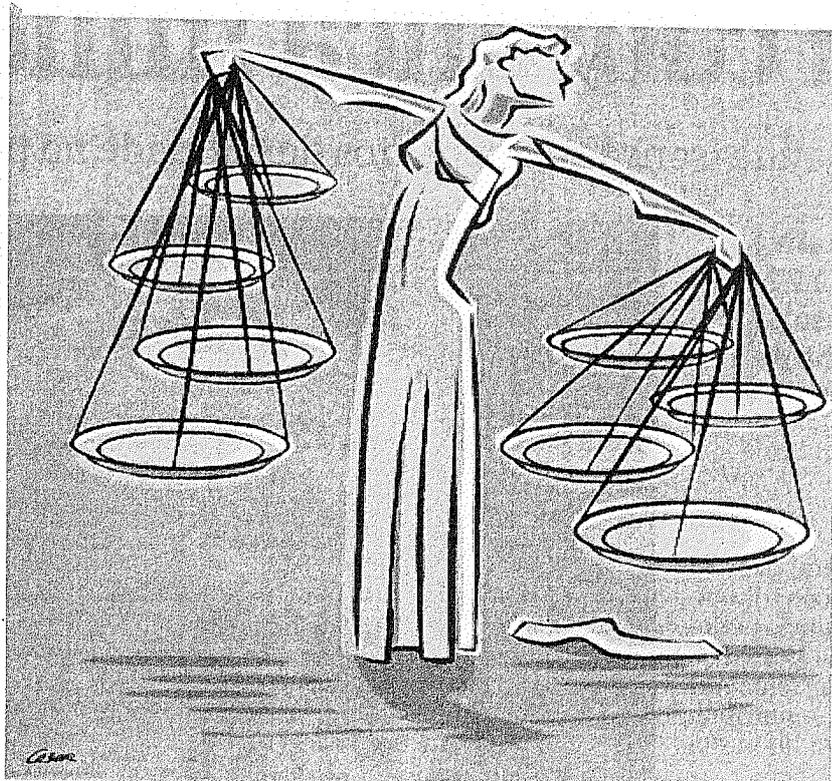
Os chamados crimes de responsabilidade são atos que atentam contra a qualidade da gestão, a transparência e eficiência da administração pública. No caso das condutas atribuídas à presidente Dilma Rousseff, tanto o descumprimento das regras orçamentárias quanto o financiamento da dívida por bancos públicos depõem contra suas qualificações como gestora.

Os dilmistas insistem na tese de um movimento orquestrado, uma fraude combinada entre políticos, mídia, capitalistas, Judiciário e Ministério Público —enfim, o surrado discurso de que as elites não se conformam com a melhoria da vida dos pobres etc.

Buscam, assim, criar a imagem da “condenação de uma mulher inocente”, de uma “injustiçada”, apelando para o lado emocional do sentimento comum de justiça em um país de injustiçados.

Considerando friamente as evidências trazidas ao julgamento do impeachment, os crimes de responsabilidade praticados por Dilma estão mais do que comprovados. Do ponto de vista técnico, há provas suficientes para sua condenação. O impeachment é, portanto, justo do ponto de vista jurídico.

Resta indagar se seria também



Crimes de responsabilidade da presidente Dilma estão comprovados. Do ponto de vista técnico, há provas suficientes para a condenação

justo do ponto de vista político.

Aqui, a figura da justiça não está vendada e a balança que sustenta não tem apenas dois pratos. O Senado atua como instância política de julgamento e sua decisão será tanto mais justa quanto mais for a verdadeira resultante das diversas forças representativas da sociedade. Não há como dissociar a decisão dos senadores de seus posicionamentos políticos e partidários.

Dilma caiu, e isso já é fato, na mesma velocidade e proporção em que perdia a governabilidade e o apoio político.

Dilma não é culpada, nem tampouco inocente, no sentido comum desses termos. Mas foi inegavelmente irresponsável do ponto de vista fiscal, revelou-se incompetente do ponto de vista da gestão e comple-

tamente incapaz de superar as contradições e mazelas de um sistema político falido.

Um sistema que ela não fez absolutamente nada para reformar, servindo-se dele até o momento em que não pôde mais controlá-lo. Um sistema que gerou os maiores escândalos de corrupção da história, uma crise política e econômica sem precedentes e quase 12 milhões de desempregados.

Sou, portanto, favorável ao impeachment por ter absoluta certeza de que, juridicamente, a presidente praticou os crimes de responsabilidade. Sou favorável ao impeachment porque, politicamente, a presidente foi a principal causadora da crise que vivemos.

E, finalmente, sou favorável ao impeachment porque o Brasil necessita superar esse impasse que nos paralisa, para que possamos voltar nossos esforços ao combate dos grandes problemas do país.

TASSO JEREISSATI é senador (PSDB-CE). Formado em administração pela Fundação Getúlio Vargas, foi três vezes governador do Ceará (1987-1991, 1995 - 1998, 1999 - 2002)

29 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

ENTREVISTA CÁSSIO CUNHA LIMA

Crimes de Dilma atingiram o Brasil de forma direta

LÍDER TUCANO AVALIA QUE PROCESSO DE DILMA
É FRUTO DE AMBIENTE POLÍTICO E JURÍDICO E
DIZ ESPERAR AJUSTE FISCAL 'DE FATO' DE TEMER

CONTINUA

DE BRASÍLIA

O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), afirma que a participação da presidente afastada, Dilma Rousseff, no julgamento final do impeachment nesta segunda (29) não será capaz de conquistar um único voto a favor dela.

O tucano diz ainda que o impeachment começou a se tornar realidade quando Dilma perdeu o apoio das ruas, da base no Congresso e se comprovou que ela cometeu crime de responsabilidade.

Para Cunha Lima, o PSDB vai manter o apoio ao governo interino de Michel Temer, apesar de sinais de divergência nas últimas semanas. Segundo ele, o PSDB vai "gritar sempre que estiver convencido de que o governo está no rumo errado".

Folha - Que impacto o depoimento de Dilma terá no resultado do impeachment?

Cunha Lima - O que poderá mudar é a ampliação dos votos a favor do impeachment. Não creio que ela tenha capacidade de conquistar um único voto além dos que já tem. Por uma razão simples: ela cometeu os crimes e as consequências são gravíssimas. Não acredito que consiga nada além do que repetir o discurso usado pelo PT para tentar fazer crer que existe um golpe.

Um dos argumentos dos aliados da presidente é de que os crimes, em si, são muito pequenos para que perca o mandato...

Ao longo do processo, a presidente nunca apresentou defesa, só desculpas. Quando dizem que o crime é muito pequeno para justificar a cassação, estão reconhecendo a sua prática. O impeachment nasceu do povo brasileiro, não foi engen-

drado no Congresso. A Casa enxergou a possibilidade quando constatou que ela cometeu crimes.

O impeachment exige um ambiente próprio, que estava estabelecido com o fato de a presidente ter mentido nas eleições. Estava formado um ambiente político e jurídico.

Ela deve ser cassada então pelo conjunto da obra?

Ela está sendo condenada pelos decretos [de crédito suplementar], que são ilegais, e pelos empréstimos [as chamadas "pedaladas fiscais"], que foram fraudulentos. Esses dois atos tiveram uma consequência visível. Quando se fala em conjunto da obra é porque os crimes que ela cometeu atingiram de forma direta o dia a dia do brasileiro.

Qual será o placar da votação no Senado?

Vai depender do voto ou não do presidente Renan [Calheiros]. Se ele não votar, 60 a 20. Se ele votar, 61 a 20. Acho que na votação final seria importante o voto dele. É um fator de estabilidade.

O que o senhor espera de um governo Temer efetivo?

É importante ponderar que não houve transição. Então, é possível que se dê

uma tolerância para que ele, aí sim, assumindo em definitivo, adote medidas necessárias para que a gente possa permitir que o ambiente econômico mude, se vislumbre algum crescimento da economia e que o país caminhe na direção correta.

Com a efetividade do governo, ele terá mais condições de guinar no sentido do ajuste fiscal?

O presidente vai ter uma segunda chance. O PSDB quer ajudar, vai apoiar. É parceiro, desde que estejamos optando pelo caminho mais difícil, complicado de ser percorrido, que é o que vai nos levar ao caminho certo, de um ajuste fiscal de fato.

E a paciência acaba quando?

Essa tolerância não acaba de forma abrupta. Já se gastou um bom pedaço dela. Os agentes econômicos irão exigir providências, o Congresso também. Temos pelo meio uma eleição municipal. E daí restará uma janela estreitíssima, de praticamente 45 dias, no fim do ano, para que coisas importantes, como reforma da Previdência e limite de gastos, sejam discutidas e preferencialmente aprovadas no Congresso.

Se o governo fracassar, Temer perderá base de apoio?

O ambiente ficará muito mais hostil. Mas o PSDB é um aliado que não vai deixar de chamar a atenção se o governo, porventura, quiser tomar o caminho errado.

A Lava Jato preocupa o PSDB em relação ao futuro do governo Temer?

Não. O que o PSDB deseja é que as investigações ocorram, que se aponte os responsáveis dentro do funcionamento normal das instituições. Não há preocupação com o governo de A ou de B. (MH)

RAIO-X

Idade
53 anos

Cargo
Advogado e líder do PSDB no Senado

Trajetória
Foi prefeito de Campina Grande (PB), deputado federal e governador da Paraíba por dois mandatos

29 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

ENTREVISTA LINDBERGH FARIAS

Ajuste fiscal deu base para farsa do impeachment

**PARA PETISTA, SENADORES SABEM QUE DILMA
NÃO COMETEU CRIME DE RESPONSABILIDADE E
FALA NO JULGAMENTO PODE VIRAR VOTOS**

CONTINUA

MARIANA HAUBERT
DE BRASÍLIA

Às vésperas da votação do processo de impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) afirma que a política de ajuste fiscal do ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy, que ocupou o cargo em 2015, contribuiu para o enfraquecimento do governo dela.

O petista, um dos principais membros da tropa de choque anti-impeachment, diz que o resultado do julgamento no Senado não está definido.

Lindbergh é o líder da oposição ao presidente interino, Michel Temer (PMDB), no Senado. Para ele, a população vai perceber que a elite brasileira quer tirar Dilma de olho numa "pausa democrática" para aplicar medidas voltadas ao mercado.

Folha - Por que a presidente Dilma Rousseff não conseguiu barrar o processo?

Lindbergh Farias - Estou convencido de que o que unificou uma parcela grande do Parlamento e do setor empresarial contra Dilma foi o medo da Lava Jato. A segunda coisa é que tem também, por trás desse processo, um projeto, a nosso ver, que vai atacar profundamente os direitos dos trabalhadores.

O governo Dilma não conseguiu dar uma resposta à altura nas ruas. Ela falhou?

O que atrapalhou foi o ajuste do Levy. Ele fez logo um choque de tarifas de energia elétrica e de gasolina no início do ano [2015]. Essa política de ajuste colocou a economia em baixa e as pessoas que tinham votado em Lula e Dilma quatro vezes se distanciaram. Acho que aquele erro é que deu base para pegarem um pre-

texto qualquer e passarem por cima. O impeachment é uma farsa. Mas sem isso aí [ajustes de Levy], não teriam acumulado forças para fazer essa farsa prosperar.

Qual sua estimativa de placar de votos no julgamento do Senado?

É muito difícil avaliar porque há senadores que conversam com Temer e Dilma. Eles dizem: "se tiver os seis votos a mais [o mínimo necessário para cassar é 54], eu vou". Fica esse jogo. É errado quando acham que o jogo já está ganho. Existe chance sim. Aqui, a gente terá 28 votos ou 21. Estamos trabalhando, mas tem gente que diz que, se for para perder, prefere ficar com Temer porque ele usou muito a máquina [pública] nesse período.

Como será o discurso da presidente Dilma no Senado?

Ela quer fazer um discurso para o país, para a História. A presença é um fato muito forte. O Brasil vai parar para escutar. Tem muita gente que estava insatisfeito com Dilma mas também não quer o Temer.

Ela vai mostrar que não cometeu crime de responsabilidade e aparecer como vítima de um Parlamento muito desgastado.

Como vai convencer os senadores disso?

Tem muito senador que está votando pelo impeachment, mas sabe que não tem crime de responsabilidade. Eu acho que, para virar voto, é preciso uma fala de grande impacto na opinião pública.

Diante da hipótese de o impeachment se concretizar, qual será o papel do PT no governo Temer?

Em um cenário de derrota, a gente tem que fazer uma oposição muito firme. Nenhuma negociação com esse governo golpista. Vamos tentar renovar nossa aliança com os movimentos sociais, sindicais. Temos que voltar a fazer uma oposição aguerrida. Retomar as ruas com força pelo país.

O PT é capaz de retomar as ruas?

Não tenho dúvida de dizer que, se esse golpe passar, vamos levantar as ruas. Voltar a ter greve geral, porque é muita retirada de direitos o que querem fazer. Vai ter resistência e povo organizado. Vamos nos preparar para esse ciclo, voltar a ser uma esquerda mais esquerda.

Acha que Temer terá condições de encaminhar, até o fim do ano, as propostas que tem prometido?

Ele é muito fraco, não aguenta pressão. Veja esses vários projetos de reajuste [salarial]. Como ele está citado em muitas delações, não tem coragem de barrar.

E o PSDB começa a se diferenciar dele, porque estão muito preocupados com eleições. Começam a perceber que fizeram um mau negócio ao se juntar ao PMDB. O PSDB foi o partido mais prejudicado pelo impeachment. Eles achavam que a eleição de 2018 seria deles. Mas acabaram sócios minoritários de um governo de crise.

RAIO-X

Idade
46 anos

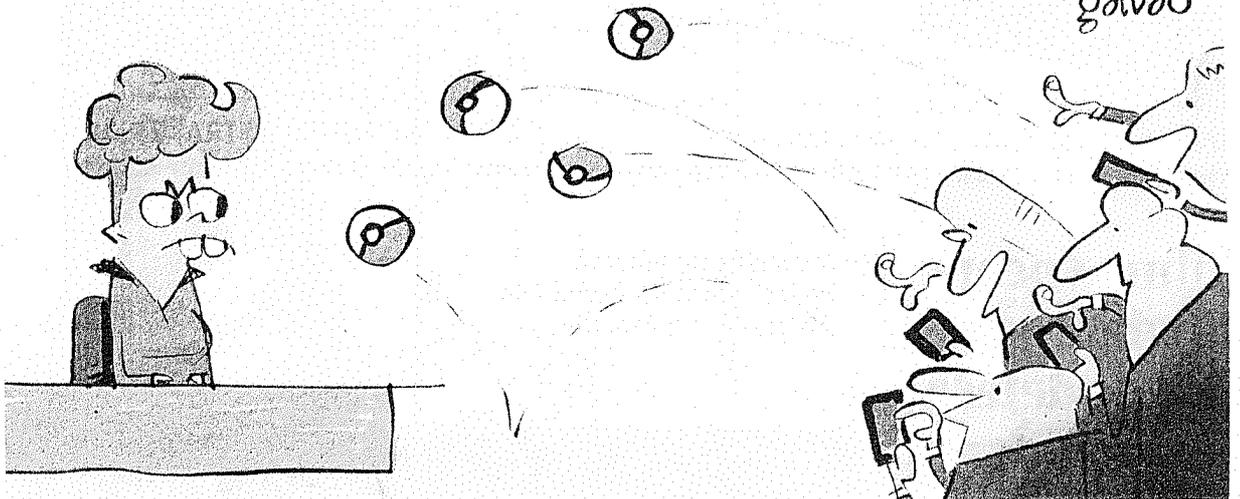
Cargo
Senador pelo PT do Rio de Janeiro

Trajetória
Foi presidente da UNE, deputado federal por dois mandatos e prefeito de Nova Iguaçu (RJ)

29 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

jean
galvão



FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

**MEIA
VOLTA**

29 AGO 2016

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve julgar nesta semana ação que pode reverter decisão da corte que determina a prisão de condenados já na segunda instância no Brasil. A questão dividiu os magistrados e será examinada uma vez mais, em julgamento marcado para a quinta-feira (1º).

FIM DA LINHA

A ação foi apresentada por entidades como a OAB. Elas defendem a volta da regra anterior, que previa que um condenado ficaria livre até que se esgotassem todos os recursos no Judiciário, muitas vezes julgados pelo STF ou pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

BALANÇA

Advogados que despacharam com magistrados recentemente saíram do STF temerosos. Aham que a segunda votação pode até piorar a vida deles. A ministra Rosa Weber, que votou a favor da regra antiga, por exemplo, deu sinal de que pode mudar de lado. Ela foi um dos quatro votos favoráveis às teses da OAB, com Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Marco Aurélio Mello.

BALANÇA 2

Já ministros que defendem a prisão depois do julgamento na segunda instância temem o contrário. Aham que o caso pode ter uma reviravolta.

29 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

2 em cada 3 unidades para jovens infratores estão superlotadas em SP

Problema atinge 94 de 146 postos da Fundação Casa, sob comando da gestão Alckmin (PSDB)

**Para promotor, lotação
atrapalha atendimento
a adolescente infrator;
fundação abriga 9.571
jovens e nega prejuízo**

LEANDRO MACHADO
DE SÃO PAULO

Duas em cada três unidades da Fundação Casa abrigam mais jovens que sua capacidade. Dados obtidos pela **Folha** via Lei de Acesso à Informação mostram que 94 (64%) dos 146 pontos de atendimento no Estado de São Paulo estão superlotados.

Criada em 2006 para substituir a antiga Febem, a instituição comandada pelo governo Geraldo Alckmin (PSDB) interna jovens de 12 a 21 anos e passa por crise sem precedentes de superlotação, segundo a própria instituição admitiu em relatório.

O problema já levou jovens com infrações graves, como homicídio, a serem liberados antes dos três anos —tempo máximo de internação permitido pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Na capital, normalmente a Justiça só interna jovens envolvidos com tráfico ou roubos na terceira reincidência.

Dados oficiais mostram que, em julho, a fundação

abrigava 9.571 adolescentes, ante uma capacidade total de 9.129. Eles cumprem internações, passagens provisórias ou de semiliberdade—quando há autorização para saídas durante o dia.

Para aumentar as vagas, em 2007, o Tribunal de Justiça de SP admitiu que cada unidade poderia operar com até 15% a mais do que sua capacidade. Mas no fim do ano passado o STF (Supremo Tribunal Federal) revogou a medida, dizendo que não cabe à Justiça ditar lotação. A fundação, porém, segue utilizando essa margem de 15%.

Por exemplo, a unidade Rio Tocantins, no Brás (centro de SP), foi construída para abrigar 80 jovens em regime de internação provisória —esse número foi determinado pelo próprio governo de SP. A capacidade, porém, foi aumentada artificialmente para 92. Mesmo assim, há 119 jovens.

Isso ocorre em diversos outros locais. A Casa Marília, no interior do Estado, foi erguida para atender 88 adolescentes. A capacidade foi estendida para 101, mas atualmente opera com 110.

Para calcular o percentual de lotação de cada unidade, a **Folha** utilizou as capacidades iniciais determinadas pelo governo do Estado de SP —sem a margem de 15%.

Para Fábio Bueno, promotor da Infância e Juventude de SP, a superlotação atrapalha o atendimento personalizado a jovens infratores — uma forma de tentar reduzir as chances de eles voltarem a se envolver com o crime.

“O ECA diz que o atendimento se dê em pequenas unidades e de forma personalizada. Quando um assistente social atende 20 pessoas, consegue fazer um trabalho razoável. Quando ele precisa atender 40, acaba fazendo um algo superficial”, diz.

EXIGÊNCIAS

Há dois anos, o Ministério Público entrou com uma ação para que a Fundação Casa crie mil novas vagas. O processo está parado na Justiça.

A ação pede também que o governo estadual cumpra o Sinae (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). A norma federal determina que casas de internação devem ter no máximo 40 jovens.

CONTINUA

29 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Na última quinta (25), a reportagem realizou uma visita monitorada à Rio Tocantins, uma das mais cheias.

Uniformizados e com a cabeça raspada, adolescentes tinham aulas e assistiam a filmes. Alguns eram atendidos por psicólogos. Nos quartos, com oito camas, dormem 11 jovens — três deles no chão.

“Acho aqui bem de boa, tem até sobremesa. Mas já fiquei em outra [unidade] que era ruim. A gente apanhava todo dia, era cheia. Aí fizemos uma rebelião”, conta B., 17, que está na Fundação Casa pela segunda vez, por roubo.

“ O atendimento deve ser em pequenas unidades e personalizado.

Quando um assistente social atende 20 pessoas, consegue fazer um trabalho razoável.

Quando precisa atender 40, acaba fazendo algo superficial

FÁBIO BUENO
promotor da Infância e Juventude de SP

28 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Envolvidas na Lava Jato dão 'bolsa-delação' a executivos

Empreiteiras oferecem até 15 anos de salário
a quem aderir a colaboração

Medida visa garantir que os funcionários aceitem participar de acordo e controle sobre o que eles irão contar

BELA MEGALE
DE BRASÍLIA

Empresas investigadas na Operação Lava Jato que tentam fechar ou já firmaram acordos de delação premiada com os investigadores asseguraram de dez a 15 anos de salários aos executivos envolvidos nas negociações.

O benefício, chamado por pessoas que circulam no meio de "bolsa-delação", foi oferecido pelas empreiteiras Andrade Gutierrez e Odebrecht àqueles funcionários que se tornaram ou podem virar delatores.

Tal garantia, segundo relatos de empresários desses grupos obtidos pela **Folha**, teria dupla função: a de proporcionar segurança financeira aos que encontrarem dificuldades em se recolocar no mercado e a de dar às empreiteiras algum controle na coordenação dos depoimentos para que não se fale algo fora do "script".

A Odebrecht, que tenta um acordo com a força-tarefa de procuradores em Curitiba

(PR) e com a Procuradoria-Geral da República desde março, garantiu aos cerca de 50 candidatos à delação a manutenção de empregos por pelo menos 15 anos com os salários atuais, além de ajuda para pagar multas decorrentes do processo.

Estuda-se ainda a possibilidade de executivos que também são acionistas do grupo receberem mais recursos por sua participação na empresa.

Com o acerto, a maioria dos funcionários que assinar o acordo terá renda garantida até completar aproximadamente 70 anos.

Aqueles que tiverem que se desligar da Odebrecht devido aos conteúdos revelados aos investigadores também terão direito ao benefício, que será suspenso quando —e se— conseguirem outro emprego.

A Andrade Gutierrez, que teve acordo homologado em abril, garantiu dez anos de salários aos 11 funcionários que fecharam delação, entre eles o ex-presidente do grupo Otávio Azevedo, que ficou quase oito meses preso.

Segundo relatos de envolvidos nas negociações, Azevedo deve receber em torno de R\$ 120 milhões ao longo desta década, pagamento proporcional ao que recebia quando ocupava o cargo.

A estimativa foi feita com base salarial de R\$ 1 milhão por mês.

DINHEIRO GARANTIDO

O caso da Andrade Gutierrez é apontado como mais vantajoso para os beneficiados porque o dinheiro foi garantido a todos, mesmo sem manterem vínculos com a empresa. Ou seja, os delatores ganharão seus salários pelos próximos dez anos sem a necessidade de trabalhar.

As negociações de outra empreiteira, a OAS, com seus funcionários é mais conturbada, como já informou a colunista Mônica Bergamo.

A empresa, que teve seu acordo de delação suspenso pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, está com problemas de caixa para dar garantias financeiras a potenciais delatores.

Consultores da empreiteira defendem que, com R\$ 150 milhões, seria possível diminuir o conflito de interesses entre acionistas e funcionários que participarão de uma eventual delação, mas a ausência de recursos é um obstáculo para a estratégia seguir adiante. Com isso, os problemas para coordenar o que os executivos vão falar ainda preocupam a OAS.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

28 AGO 2016

OUTRO LADO

A Odebrecht e a OAS não quiseram se manifestar sobre as tratativas entre as empresas e os funcionários que negociam delação premiada.

A Andrade Gutierrez afirmou, por meio de assessoria de imprensa, que tal tema diz respeito à vida pessoal de funcionários e ex-funcionários e que não é política da empresa comentá-los.

BOLSA DELAÇÃO

Como vai funcionar o auxílio financeiro de empreiteiras a delatores

Principal executivo

Marcelo Odebrecht



Odebrecht

- > executivos negociam acordo de delação desde março
- > há cerca de 50 candidatos à delação
- > delatores poderão manter empregos por ao menos 15 anos com salários atuais

Olavio Azevedo



Andrade Gutierrez

- > executivos tiveram acordo homologado em abril
- > 11 funcionários fecharam delação
- > delatores terão dez anos de salário, mesmo sem trabalhar na empresa

Léo Pinheiro



OAS

- > negociava delação, mas teve o acordo suspenso na semana passada
- > não tem recursos para dar garantias a potenciais delatores

PASSO A PASSO DE UMA DELAÇÃO

Acordo concede benefícios a investigados em troca de informações

1

Contato

Defesa de investigado informa a força-tarefa da Lava Jato sobre o interesse em fazer delação premiada

2

Sondagem

É feita reunião entre investigado, defesa e pelo menos dois procuradores para apresentar os temas a serem revelados

3

Sigilo

É assinado um termo de confidencialidade entre as partes contra vazamento de informações reveladas pelo delator

4

Contrato

É redigido um documento com as cláusulas do acordo, incluindo os benefícios para o investigado. O contrato é assinado

5

Homologação

Após os depoimentos, contrato e gravações são enviados ao juiz, que aprova ou desaprova a colaboração

CONTINUA

28 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

➤ SAIBA MAIS

Empresas devem delatar caixa dois para campanhas

O acordo da Odebrecht desponta como o que tem maior potencial explosivo pelo grande número de políticos que envolve. A empresa tem cerca de 50 potenciais delatores, entre eles Marcelo Odebrecht, o ex-presidente e herdeiro do grupo que há mais de um ano está preso na Lava Jato.

Além de esclarecer as obras no sítio em Atibaia (SP) frequentado pelo ex-presidente Lula e seus parentes, a empresa traz, entre outras coisas, informações de R\$ 23 milhões via caixa dois à campanha do hoje ministro das Relações Exteriores, José Serra, em 2010, e de R\$ 500 mil à campanha da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), candidata à prefeitura de SP.

Já executivos da Andrade Gutierrez que tiveram seus acordos homologados relataram, por exemplo, que dinheiro de propina abastecia a caixa das campanhas de 2010 e 2014 de Dilma Rousseff à Presidência.

A empresa entregou também esquemas de corrupção na usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, na usina Angra 3, no Rio, e em estádios construídos para a Copa do Mundo.

Duque abandonou R\$ 39 mi na Suíça, afirma delator

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

O ex-diretor da Petrobras Renato Duque abandonou US\$ 12 milhões — ou R\$ 39,3 milhões, em valores atualizados — que recebeu de propina em uma conta na Suíça, de acordo com Zwi Skornicki, delator da Lava Jato.

Skornicki representa no Brasil uma empresa de Cingapura, a Keppel Fels, e disse que pagou a propina a Duque por conta de um contrato de compra de uma plataforma para exploração de petróleo na bacia de Campos, no Estado do Rio, a P-56.

O suborno, ainda segundo Skornicki, foi pago de 2008, quando a Petrobras contratou a Keppel Fels e a Technip para fazer a plataforma, a 2011, quando foi entregue.

A plataforma custou US\$ 1,5 bilhão (R\$ 5 bilhões). A propina, de acordo com o delator, foi de 1% sobre o valor do contrato e beneficiou Duque, o ex-gerente da estatal Pedro Barusco e o PT.

Duque foi indicado ao cargo de diretor de Serviços da Petrobras pelo PT, segundo procuradores da Lava Jato.

Ele está preso desde março do ano passado, já foi condenado a 41 anos de prisão em duas ações penais e tenta fechar um acordo de delação premiada com procuradores da operação.

O delator diz que descobriu que os US\$ 12 milhões não haviam sido tocados por Duque ao autorizar seus advogados a buscar na Suíça documentos para fechar seu acordo de delação. O banco informou que o montante continuava lá.

A conta não foi aberta em nome de Duque porque o banco Delta recusou-o por ele ser diretor da estatal e não ter como justificar por que recebera aquele montante, segundo o relato de Skornicki.

O próprio banco sugeriu uma manobra para driblar o veto: Skornicki abriria a conta em seu nome e colocaria alguém de extrema confiança de Duque como procurador, tudo de acordo com a versão do delator.

Assim foi feito. Um dos filhos de Duque, Daniel, foi nomeado procurador da conta. Uma das hipóteses dos investigadores da Lava Jato é que Renato Duque não tocou na conta para evitar que o filho passasse a ser investigado.

Os US\$ 12 milhões em que Duque não mexeu devem retornar à Petrobras. Já Skornicki terá de devolver US\$ 24 milhões (R\$ 78,5 milhões), segundo seu o acordo de delação.

OUTRO LADO

Os advogados de Duque e de Skornicki não quiseram se pronunciar. O PT diz que só recebe doações legais, todas declaradas à Justiça.

ELJO GASPARI

Janot ajudou os inimigos da Lava Jato

O doutor Rodrigo Janot leu uma expressão — “estelionato delaciona- l” — informando que o vazamento de uma informação banal e legalmente irrelevante envolvendo o ministro José Antonio Dias Toffoli e o empreiteiro Léo Pinheiro (OAS) não saiu da sua Procuradoria porque lá não entrou. Se lá não entrou, de lá não poderia ter saído e, se não existe, o doutor não teria porque suspender as tratativas pela colaboração de Pinheiro. Se notícias desse tipo podem influenciar decisões do procurador-geral, generaliza-se uma carnavalização jurídica.

A ideia de que Léo Pinheiro queira contar o que sabe e que a Procuradoria não quer ouvi-lo serve apenas para propagar boatos e até mesmo infâmias. A PGR se recusaria a ouvir um grande empreiteiro, sem mostrar o que ele está escondendo.

METEOROS

Muita gente sonha para que a eleição de 2018 ofereça alternativas à lista de candidatos saídos do atual quadro partidário.

Seria um candidato-meteoro.

Quem? As escolhas são livres, aqui vai uma lista para exercícios de quiromancia, por ordem alfabética.

1- Cármen Lúcia. Ela assume a presidência do Supremo Tribunal Federal no próximo dia 12.

2- Joaquim Barbosa. O ex-ministro recolheu-se, mas está na cabeça de muita gente.

3- Rodrigo Janot. O procurador-geral da República parece gostar da ideia.

4- Sergio Moro. O juiz já disse que essa não é sua praia. A conferir.

EREMILDO, O IDIOTA

Eremildo é um idiota e não entendeu o que disseram os doutores da Associação de Magistrados Brasileiros quando tentaram pegar a carótida de Gilmar Mendes:

O procurador-geral da República sustenta história sem nexos e dificulta a vida de quem prefere apoiá-lo

Pegaram 364 pessoas, quebraram 121 sigilos telefônicos (inclusive o de Léo Pinheiro), fecharam-se 41 acordos de colaboração e evitam-se as revelações, ainda que parciais, de um gato gordo da OAS.

Sob o nome de Lava Jato misturaram-se várias iniciativas, conduzidas por duas equipes de procuradores, a de Brasília, chefiada por Janot, e a de Curitiba, onde está o juiz Sergio Moro. Diversas narrativas de pessoas que gostariam de envenenar as duas equipes informam que elas guardam diferenças. A turma de Curitiba vive nas nuvens da autossuficiência. A de Brasília, na es-

tratosfera da onipotência.

Curitiba cometeu o grande erro da circulação do grampo de Lula com Dilma Rousseff. Brasília pediu espetaculosamente a prisão de José Sarney e do senador Renan Calheiros, negada pelo ministro Teori Zavascki. A colaboração do senador Delcídio do Amaral tem vulnerabilidades que poderão levar a sua anulação parcial. No caso da colaboração de Sérgio Machado, o ex-presidente da Transpetro, há muito vapor (de enxofre) e pouca materialidade.

A Lava Jato depende muito mais da serenidade dos procuradores do que da conduta dos seus adversários, pois os erros dos servidores servem aos interesses dos delinquentes. Como no caso do grampo de Lula com Dilma, pode-se fazer tudo por ela, menos o papel de bobo para tirar da mesa tolices alheias.

“É lamentável que um ministro do STF, em período de grave crise no país, milite contra as investigações da Operação Lava Jato, com a intenção de decretar o seu fim, e utilize como pauta a remuneração da magistratura.”

O cretino não entendeu o que uma coisa tem a ver com a outra. Por idiota, Eremildo não sabe como a crítica aos penduricalhos da magistratura pode inibir ou acabar com a Lava Jato.

O teto salarial dos servidores públicos é de R\$ 33,7 mil. Em Minas Gerais há desembargadores que ganham R\$ 56 mil, em São Paulo, R\$ 52 mil, e no Rio, R\$ 38 mil.

Gilmar Mendes falou em “gambiarras”. Segundo a ministra Cármen Lúcia, são folhas de pagamentos onde “tem puxadinho e sei lá mais o quê”.

TALENTO

A defesa de Dilma Rousseff mostrou que José Eduardo Cardozo, ex-ministro da Justiça do comissariado, é um grande advogado.

TOFFOLI E JOHNSON

Com a história do serviço de impermeabilização de sua casa, o ministro José Antonio Dias Toffoli decidiu ficar no silêncio do seu gabinete. Ele tem as notas fiscais de toda a obra, na qual gastou cerca de R\$ 1 milhão.

Seu silêncio livrou-o de uma armadilha celebrizada por ter sido a piada política preferida do desbocado e egocêntrico presidente americano Lyndon Johnson (1963-1969). É a seguinte:

O candidato a xerife de uma pequena cidade do Texas vai ao jornal de um amigo e pede que publique que seu adversário mantivera relações sexuais com porcos.

— Eu não posso publicar isso. Ele vai desmentir — disse o dono do jornal.

— É exatamente isso que quero — respondeu o candidato.

28 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELES DISSERAM

GILMAR MENDES

Veja as dez propostas que apresentaram. Uma delas diz que prova ilícita feita de boa-fé deve ser validada. Quem faz uma proposta dessa é um cretino absoluto
Ministro do Supremo Tribunal Federal, criticando proposta de combate à corrupção defendida pelo Ministério Público

RODRIGO JANOT

A Lava Jato está incomodando tanto? A quem e por quê? O que está acontecendo com a Lava Jato não é novidade no mundo. Isso aconteceu, em outra proporção, na Itália
Procurador-geral da República, defendendo a operação de críticas

28 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

i m p e a c h m e n t



28 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Gestão Temer corta medida de combate ao analfabetismo

Criada em 2003 e agora interrompida, iniciativa recebe elogios por dimensão e críticas pelo índice de eficácia

Segundo o governo, restam 168 mil pessoas em aulas, ante uma média de 1 milhão a cada ano desde 2013

ANGELA PINHO
DE SÃO PAULO

Com uma das piores taxas de analfabetismo da América do Sul e sem cumprir compromissos internacionais na área, o Brasil interrompeu o programa federal voltado ao combate a esse gargalo.

Ao todo, 13 milhões de jovens e adultos não sabem ler e escrever no país, o equivalente a 8% da população com 15 anos ou mais. Esse contingente era alvo do Brasil Alfabetizado, executado por Estados e municípios com verba do governo federal.

O Ministério da Educação afirma que o programa está em execução, mas prefeituras e governos estaduais relatam um bloqueio no sistema da pasta que impede o cadastro de alunos — o que inviabiliza o início de novas turmas.

A interrupção do programa foi confirmada pelo ministério a uma cidadã que o questionou sobre o tema por meio da Lei de Acesso à Informação. “Até o momento não há previsão de reabertura do Sistema Brasil Alfabetizado para ativação de novas turmas”, respondeu, em junho, a pasta chefiada pelo ministro Mendonça Filho (DEM).

Atualmente, só os alunos cadastrados antes desse bloqueio do sistema estão frequentando as aulas. De acordo com o ministério, são 168 mil no atual ciclo, iniciado em outubro do ano passado.

O número explicita o encolhimento do programa. Relatórios da pasta mostram que, até 2013 (dados mais recentes), eram ao menos 1 milhão de atendidos ao ano.

NORDESTE

A **Folha** indagou a todos os governos do Nordeste, onde estão 54% dos analfabetos do país, sobre a situação do Brasil Alfabetizado.

Sete dos nove Estados da região responderam, e relataram, no mínimo, expressiva queda de atendimento desde o bloqueio do programa e, nos piores casos, o fim dos cursos de alfabetização.

“Começamos a inserir os nomes dos alunos em maio, mas, no início de junho, o MEC avisou que o sistema tinha sido fechado”, diz Tereza Neuma, diretora de políticas de Educação de Alagoas.

“As aulas começariam em setembro, mas suspendemos o processo após o bloqueio, em junho”, afirma Janyze Feitosa, gestora local do programa em Pernambuco.

“Em 2016, devido à suspensão do Programa Brasil Alfabetizado pelo MEC, as atividades letivas ainda não tiveram

início”, disse a secretária de Educação do Ceará.

Os governos de Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia também relataram redução e descontinuidades dessa ação.

Criado em 2003, o programa é elogiado pela dimensão e capilaridade, mas é criticado por seu índice de eficácia.

Documento deste ano feito por um grupo que incluiu o Ministério da Educação aponta uma taxa de alfabetização de 47% a 56% dos alunos.

“É uma política grande, mas demonstrou dificuldade de fazer com que o aluno voltasse a estudar”, diz Roberto Catelli, um dos autores do texto e coordenador de Educação de Jovens e Adultos da ONG Ação Educativa. A pouca integração com a EJA (antigo supletivo) é uma das explicações para resultados negativos do programa, ao lado da baixa qualificação de educadores.

O sistema de gestão também chegou a ter uma interrupção pontual em janeiro.

Os problemas deixam o Brasil ainda mais atrasado no compromisso assumido em conferência mundial, em 2000, de chegar a 2015 com uma taxa de analfabetismo de 6,7%. No atual ritmo, só chegara à meta em 2022.

CONTINUA

28 AGO 2016

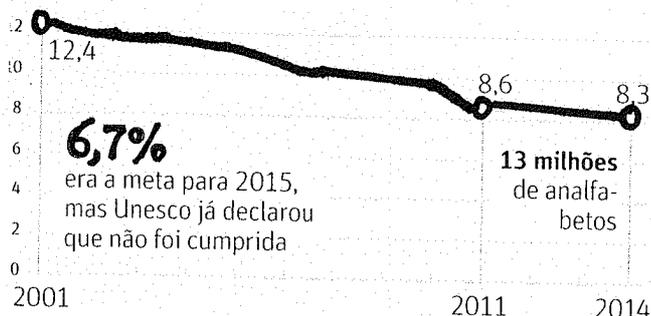
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

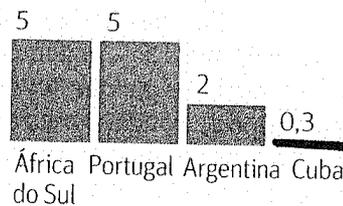
BRASIL ANALFABETO

Programa para ensinar a ler e escrever é deixado de lado

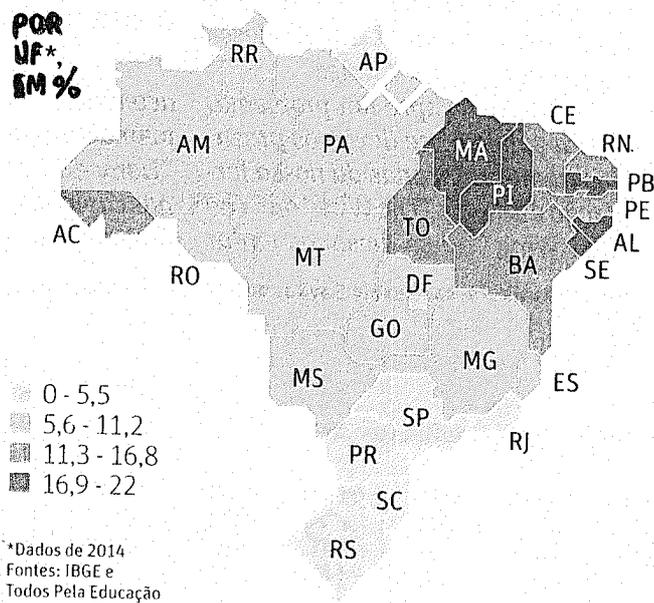
Taxa de analfabetismo no Brasil, em % (15 anos de idade ou mais)



OUTROS PAÍSES*



POR UF*, EM %



PROGRAMA FEDERAL

Brasil Alfabetizado

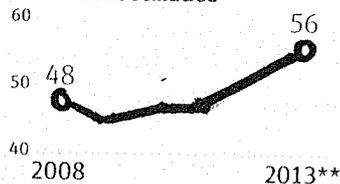
OBJETIVO Ensinar jovens com 15 anos ou mais de idade, adultos e idosos a ler e escrever

criação 2003

NÚMERO DE ALFABETIZANDOS



% de alfabetizados*



*Ciclo do programa (pode começar em um ano e terminar em outro) **Dados preliminares

28 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

MS traduz cartilha sobre Lei Maria da Penha para índios

FERNANDA ATHAS
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CAMPO GRANDE

Mulheres indígenas das etnias guarani e terena de Mato Grosso do Sul vão receber cartilhas sobre a Lei Maria da Penha, de proteção à mulher, traduzidas para suas línguas maternas, além de braile.

De acordo com o governo estadual, a partir de setembro deste ano serão distribuídas 750 cartilhas para terenas e o mesmo número para guaranis nas aldeias mais populosas do Estado, nos municípios de Dourados, Amambai e Aquidauana.

O número ainda é insuficiente para atender as aldeias de MS, que conta com o segun-

do maior número de índios do país, com 72 mil pessoas.

“Mas é um primeiro teste para sentirmos como a cartilha vai ser recebida por elas [aldeias]”, diz a subsecretária de Políticas Públicas para Mulheres, Luciana Azambuja.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, o número de denúncias de violência contra mulheres no Estado cresceu 23% no primeiro semestre deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado.

O advogado Eloy Terena já atendeu casos de violência doméstica em aldeias da sua etnia. Para ele, a iniciativa é boa, porém tímida, já que nas delegacias faltam intérpretes que traduzam as denúncias.

“Muitas mulheres desistem, pois têm dificuldade de se expressar em português e não querem levar alguém da aldeia para traduzir”, diz.

Há apenas uma delegacia da mulher no Estado com intérprete para língua indígena (terena), em Campo Grande, inaugurada em 2015.

Segundo Luciana, a intenção é conseguir mais intérpretes nas delegacias. “Queremos que sejam contratados até o fim do ano, mas não posso garantir”, afirma.

Simone Eloy Terena, advogada e pesquisadora na área pelo Museu do Índio, no Rio de Janeiro, diz que o modo como a violência se expressa nas tribos pode parecer sutil aos não indígenas.

“Poucas mulheres querem denunciar, porque é muito grave pensar que alguém da nossa etnia vai ser preso. É algo muito raro dentro das aldeias, então têm medo.”

27 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça faz gasto da Previdência aumentar

Fatia crescente do auxílio-doença e de benefícios para idosos e deficientes é paga por força de decisões judiciais

Critério para avaliar situação econômica de beneficiário é principal motivo para ações na Justiça, diz magistrado

FELIPE MAIA
DE SÃO PAULO

Fatia crescente dos benefícios da Previdência Social tem sido paga por força de decisões da Justiça. Resultado do trabalho inteligente de advogados e da falta de adaptação do INSS a mudanças de jurisprudência, de atualização dos métodos de avaliação de necessidades e do acompanhamento posterior sobre os casos decididos judicialmente.

No caso do auxílio-doença, alvo de um pente-fino do governo que começa no mês que vem, dos 2 milhões de benefícios concedidos em 2015, 4,6% têm origem em ações judiciais — em 2014, eram 3,6%.

Os índices são mais altos no BPC (Benefício de Prestação Continuada), uma pensão de um salário mínimo destinado a idosos e pessoas com deficiência. O percentual de concessões por ordem da Justiça saiu de 16,9% em 2014 para 18,7% no ano passado e deve chegar a algo próximo de 21% em 2016, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Entre as pessoas com deficiência, o índice foi de 29,6% no ano passado.

“O problema de avaliação não está em a pessoa ter ou não a deficiência, mas na

questão econômica: ela ser ou não insuficiente de recursos”, diz o juiz federal José Antonio Savaris, especialista em questões previdenciárias.

A legislação diz que, para terem direito a esse benefício, os cidadãos precisam ter renda familiar per capita de até um quarto do salário mínimo (hoje, um valor de R\$ 220).

Mas nos últimos anos magistrados vinham indicando que o critério deveria ser flexibilizado, levando em conta aspectos sociais do candidato. Em 2013, o STF (Supremo Tribunal Federal) declarou a restrição inconstitucional, mas o INSS ainda não adequou suficientemente sua avaliação, o que abriu brecha para mais ações judiciais.

“Às vezes a avaliação social da pessoa não tem peso algum, porque o critério da renda por si só já faz o benefício ser indeferido”, afirma Naiane Louback, assistente social do INSS.

Hoje, 4,35 milhões de beneficiários recebem o BPC no Brasil, um custo de R\$ 45 bilhões à Assistência Social — 8,8% por ação judicial.

Alberto Beltrame, secretário-executivo do Ministério de Desenvolvimento Social, diz que o governo estuda criar um algoritmo para mudar os critérios do benefício. A fórmula levaria em conta a renda do cidadão, que seria estendida até ao máximo de meio salário mínimo per capita, e o grau de dependência causada pela deficiência.

De acordo com o secretário, o INSS não faz desde 2008 uma revisão nos benefícios concedidos por via judicial, chamando os beneficiários para novas avaliações. Isso deve ser feito depois que a fórmula for finalizada, algo parecido com o que vai acontecer com as pessoas que recebem auxílio-doença.

“As ações judiciais crescem porque a gestão dos benefícios vem se deteriorando e porque elas viraram nicho para advogados. O que assusta é a velocidade do crescimento

FRANCISCO CARDOSO
presidente da Associação
Nacional de Médicos Peritos

CONTINUA

27 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

VOU FALAR COM MEU ADVOGADO

Cresce o índice de pessoas que recebem benefícios previdenciários por decisão judicial

2014 2015 % de benefícios por via judicial

Concessões de auxílio-doença, em milhões



Benefício de prestação continuada para portadores de deficiência, em milhares



Benefício de prestação continuada para idosos, em milhares



530 mil serão chamados para avaliação médica

A partir do mês que vem, o governo vai notificar 530,2 mil cidadãos que recebem o auxílio-doença há mais de dois anos sem a realização de perícia —99,2% deles ganham os valores por ordem judicial, diz o Ministério do Desenvolvimento Social.

Serão chamados também aposentados por invalidez de até 60 anos que também não tenham passado por perícia de 2014 para cá.

A avaliação médica deve ser feita a cada seis meses, independentemente da origem da decisão (administrativa ou judicial). Mas, segundo Alberto Beltrame, secretário-executivo da pasta, quem tem o benefício por via da Justiça não é chamado há anos.

“O foco não é punir o segurado. Houve um problema de governança na manutenção dos benefícios.”

A força-tarefa vai atingir 32,7% dos 1,62 milhão de beneficiários de auxílio-doença e 34,5% dos 3,43 milhões que têm aposentadoria por invalidez no país.

O governo estipulou um prazo de dois anos para terminar de revisar a situação dos beneficiários, que serão notificados por carta até o fim do ano.

27 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Caetano cantará hino na posse de Cármen Lúcia Ministra votou contra censura a biografias

RODOLFO VIANA

DE SÃO PAULO

Integrante do Procure Saber, associação de artistas que apoiou a legislação que restringia a publicação de biografias não autorizadas, o compositor Caetano Veloso cantará o hino nacional na cerimônia de posse da ministra Cármen Lúcia na presidência do STF (Supremo Tribunal Federal), em 12 de setembro.

A ministra foi relatora da ação direta de inconstitucionalidade que, em junho de 2015, derrubou a brecha na lei que permitia veto a biografias sem autorização prévia.

Em seu voto, ela julgou a legislação como inconstitucional e afirmou: “Cala a boca já morreu. É a Constituição do Brasil que garante”.

A decisão da ministra contrariou a vontade do Procure Saber que, em 2013, quando Roberto Carlos ainda integrava o grupo, posicionou-se a favor de restringir a comercialização de biografias produzidas sem o consentimento dos biografados ou herdeiros.

Roberto deixou o Procure Saber naquele ano. Diante da repercussão negativa na opinião pública da sua posição, o grupo perdeu força. Em 2015, desistiu do debate.

“Admiro, respeito e tenho carinho pela ministra Cármen Lúcia”, disse Caetano à **Folha**, ao comentar o convite para cantar durante a cerimônia de posse no STF.

O músico afirma que sua posição em relação às biografias sempre foi diferente da do restante da associação. “No caso da autorização prévia para biografias, sua posição e suas palavras coincidem exatamente com o que penso e sempre pensei sobre o assunto”, afirma.

A notícia do convite foi antecipada pelo jornal “O Globo” e confirmada pela empresária de Caetano e diretora-presidente do Procure Saber, Paula Lavigne. Ela afirma que o convite partiu da própria ministra. “Carminha é moderna e simples”, disse, “e me mandou [mensagem de] WhatsApp [para convidá-lo]”.

No texto, Cármen Lúcia diz que “a posse cumpre o ritual do STF” e lembra que “outros artistas já cantaram lá, como Daniela Mercury [quando Ayres Britto assumiu a presidência, em abril de 2012] e Hamilton de Holanda [na posse de Joaquim Barbosa, em novembro de 2012]”.

A ministra revela ainda: “Quando tomei posse no TSE [em novembro de 2009], perguntada sobre qual o cantor que eu mais gostava, respondi que era o Caetano”.

Lavigne antecipa que a apresentação será no estilo “banquinho e violão”.

27 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

LÍRIO & LUIZA

A atriz e ex-modelo Luiza Brunet entrou nesta semana na Justiça com pedido de reconhecimento e dissolução de união estável contra o empresário Lírio Parisotto. O processo, sigiloso, corre na 4ª Vara de Família e Sucessões de São Paulo.

FINAL INFELIZ

Brunet e Parisotto protagonizam intensa disputa desde que ela acusou o ex de agressão, há cerca de um mês, quando passavam alguns dias em Nova York. A denúncia foi aceita pela Justiça, e o empresário, que nega a violência, já se tornou réu.

À MESA

Logo depois da denúncia de Brunet, os advogados dela procuraram representantes de Parisotto para discutir a separação dos dois. Segundo eles, foi feito pedido de R\$ 100 milhões pelo que seria a formação de patrimônio em uma união estável. O advogado de Brunet confirmou o encontro, mas disse que não houve discussão sobre valores.

27 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

Projeto de dez medidas contra a corrupção deve ser aprovado integralmente pelo Congresso?

SIM

Oportunidade única de transformação

RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ

O estado da arte é o seguinte: o Brasil amarga a 76ª posição no ranking de percepção da corrupção da Transparência Internacional; a ONU estima que R\$ 200 bilhões são desviados por ano em nosso país, sendo que 67% do valor é do orçamento de saúde e educação; somos a sétima maior economia do mundo, mas ocupamos o 75º lugar no ranking global do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano); a escala nacional de transparência é de 5,21 (de 0 a 10).

Esses dados alarmantes fizeram o brasileiro perceber que a corrupção é o seu maior problema, à frente de saúde, educação e segurança, conforme pesquisa do Datafolha. É pelo desvio de recursos que o Estado deixa de prover outros direitos.

A situação ganha contornos dramáticos quando se verifica que a probabilidade de ser punido por corrupção no Brasil é de 3,17%, segundo estudo realizado por Carlos Higinio de Alencar e Ivo Gico Jr, e a população carcerária de corruptos é de 0,2%, conforme censo do Ministério da Justiça.

Esse círculo vicioso existe porque a corrupção é um crime de baixo risco e alto lucro. Os nossos sistemas normativo e de justiça, no plano estrutural, não têm mostrado uma mínima eficiência e, nesse ponto, so-

bressai-se um consenso: precisamos de reformas.

Foi nesse embalo que o Ministério Público Federal apresentou à sociedade as dez medidas contra a corrupção, com base na experiência adquirida nos grandes casos, como a Lava Jato, e em sintonia com as convenções internacionais e as reformas legislativas mundiais de efetivo impacto na prevenção e combate à corrupção.

Esse pacote foi entregue à sociedade, que o transformou em projeto de lei de iniciativa popular pela conquista de 2,2 milhões de assinaturas em apenas oito meses, um duplo recorde em quantidade de firmas e tempo de coleta.

Além dos cidadãos, mais de mil instituições públicas e privadas manifestaram expresso apoio ao projeto, como foi o caso da Transparência Internacional, organização mundialmente reconhecida pela atuação na área.

É com essa imensa carga de democracia participativa que o Congresso Nacional tem o desafio de apreciar o PL 4.850/2016, resgatando a esperança de um sistema mais eficiente, uma governança ética e uma cultura de maior intolerância com a confusão entre o público e o privado.

Críticas construtivas ao projeto são bem-vindas, divergências fun-

damentadas são da essência do debate democrático, mas os que são contra devem apresentar, pelo menos, um caminho melhor. A crítica vazia, sem alternativa, contribui muito pouco para a melhoria deste estado de coisas. Aliás, manter o status quo é altamente lucrativo para determinadas pessoas.

O projeto está em total sintonia com a Constituição, mas não faltam “inconstitucionalistas” para alegar vício. A inconstitucionalidade é uma verdadeira commodity no mercado jurídico e, é bom lembrar, muitos juristas de renome venderam inconstitucionalidades para a Lei da Ficha Limpa, também de iniciativa popular, tendo o STF declarado a sua completa constitucionalidade em fevereiro de 2012.

Vivemos um momento histórico no Brasil e uma oportunidade única de transformação positiva. A sociedade elegeu a luta contra a corrupção como sua prioridade e a inseriu em sua agenda. Não podemos mais perder uma geração para resolver um problema que nasceu com o descobrimento do país. É hora de mudar a direção de nossa história. Precisamos virar essa página.

RONALDO PINHEIRO DE QUEIROZ, doutor em direito pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), é procurador da República. Integra o grupo de trabalho da Operação Lava Jato

CONTINUA

27 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

NÃO

Incentivo ao abuso de poder

GUSTAVO MASCARENHAS E RAFAEL TUCHERMAN

“O que eles têm que fazer? Têm que aprovar, na integralidade, as dez medidas.” Foi com essas palavras, ditas em recente debate, que uma procuradora da República exortou o Congresso a aprovar o pacote anticorrupção elaborado pelo Ministério Público Federal.

Não é mero acaso o pendor autoritário desse discurso, segundo o qual o Poder Legislativo estaria reduzido a um reles órgão homologatório dos desígnios do Ministério Público: ele reflete o autoritarismo que permeia muitas das dez medidas.

Em primeiro lugar, o pomposo título esconde que as dez medidas compreendem, na verdade, mais de cem alterações normativas, que, em sua maioria, aplicam-se a processos por qualquer crime, não só o de corrupção. Trata-se de uma ampla reforma, que os procuradores pretendem ver aprovada, a toque de caixa, até o fim deste ano.

Em atitude recorrente nos regimes autoritários, as “dez medidas” atacam o habeas corpus, alvo de seis diferentes restrições ao seu cabimento. Vale dizer: para o Ministério Público, o problema não é o Estado praticar ilegalidades contra os acusados, mas a possibilidade de os acusados levarem essas ilegalidades ao crivo dos tribunais, com a rapidez que só o habeas corpus permite.

Impressiona também o incentivo que o pacote dá aos já frequentes abusos cometidos por nossas autoridades investigativas.

Ao permitir o aproveitamento das provas ilícitas, caso obtidas de “boa-fé” —seja lá o que isso signifique—, e, pior ainda, ao legitimar inclusive as colhidas com má-fé —fruto de invasões de domicílio, grampos ilegais e, no limite, até mesmo de coação física—, desde que “usadas pela acusação” para “refutar álibi” da defesa, o recado está dado: pode ser proveitoso lançar mão de atrocidades para desvendar crimes.

Pretendem ainda as “dez medidas” instalar uma rede nacional de informantes, composta por qualquer cidadão que resolva espionar o seu próximo em troca de uma recompensa financeira estabelecida em lei. Providência semelhante era adotada na Alemanha Oriental, lá também em prol da segurança pública.

A disseminação da desconfiança mútua no combate à corrupção tem um capítulo específico voltado à administração pública. A rigor das “dez medidas”, as repartições serão palco de um teatro do crime, em que servidores incitarão seus pares a cometer ilícitos. A pretexto de prevenir crimes futuros, o Estado estará criando crimes presentes, que, apesar de encenados, sujeitarão o ator

involuntário a sanções administrativas ou criminais bastante reais.

Curiosamente, a realização desse “teste de integridade” lombrosiano será obrigatória para a polícia, mas não para o Ministério Público.

Talvez o mais grave de tudo seja o silêncio dos procuradores sobre uma singela questão: em um sistema carcerário que já é o quarto maior do mundo e sofre com um deficit de mais de 200 mil vagas, onde serão encarcerados os milhares de novos presos que advirão da implantação das “dez medidas”?

Do alto de sua pregação salvacionista, o Ministério Público parece não ter se ocupado de problema tão mundano.

Não há dúvida de que a iniciativa tem méritos, a começar por traduzir a indignação cívica contra a corrupção em propostas concretas para enfrentá-la. Debatê-las e rejeitá-las em seus excessos, porém, longe de significar complacência com o crime, constitui direito da sociedade e dever do Congresso.

Em temas sérios e complexos como esse, mais vale a temperança do que as boas intenções.

GUSTAVO MASCARENHAS, 26, é advogado criminalista. Foi pesquisador de direito penal na Utrecht University (Holanda) e é membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

RAFAEL TUCHERMAN, 37, é advogado criminalista. É membro do Instituto de Defesa do Direito de Defesa

27 AGO 2016

FOLHA DE S. PAULO

PF indicia Lula e Marisa no caso do triplex

Inquérito aponta que OAS bancou vantagens de R\$ 2,4 milhões para o casal, incluindo reforma em imóvel no Guarujá

Defesa do ex-presidente afirma que relatório da PF é 'peça de ficção'; Procuradoria vai avaliar se oferece denúncia

BELA MEGALE

DE BRASÍLIA

ESTELITA HASS CARAZZAI

DE CURITIBA

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi indiciado pela Polícia Federal nesta sexta (26), sob suspeita de corrupção passiva, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro no inquérito que investiga um triplex no Guarujá, no litoral de São Paulo.

O petista também é investigado em outros dois inquéritos da Operação Lava Jato, que apuram a propriedade de um sítio em Atibaia (SP) e o pagamento de palestras de Lula por empreiteiras, ainda em andamento.

Segundo o relatório, Lula e a mulher, Marisa Letícia, "foram beneficiários de vantagens ilícitas, por parte da construtora OAS", em valores de R\$ 2,4 milhões".

A ex-primeira-dama também foi indiciada, sob suspeita de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

No inquérito, a PF investigou a reforma do triplex no condomínio Solaris, construído pela cooperativa Bancoop e assumido pela OAS, acusada de corrupção na Petrobras.

O triplex, segundo a investigação, estaria reservado a

Lula e foi reformado pela empreiteira para beneficiar a família do petista.

Móveis e eletrodomésticos foram incorporados ao apartamento, cuja reforma custou R\$ 1,1 milhão e foi tocada, segundo a PF, por um ex-diretor da OAS, Paulo Gordilho.

"A OAS chegou a abrir até centro de custos específicos em sua contabilidade para controlar as despesas, com o apelido de 'zeca pagodinho'", destaca o texto do relatório, assinado pelo delegado Márcio Anselmo.

Além disso, o documento aponta que a OAS pagou a mudança do acervo de Lula em Brasília, após o término do seu mandato presidencial.

Segundo a PF, R\$ 1,3 milhão foram gastos no contrato de transporte, feito em nome da construtora, mas destinado ao ex-presidente.

Além de Lula, Marisa e Gordilho, foram indiciados o presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, e o ex-presidente da OAS Léo Pinheiro.

O relatório será encaminhado ao Ministério Público Federal, a quem caberá avaliar os indícios e apresentar ou não a denúncia. Caso ela seja aceita pela Justiça, os indiciados se tornarão réus.

A defesa de Lula diz que a notícia do indiciamento foi "recebida com indignação" pelo casal e afirma que o relatório é uma "ficção".

Sustenta ainda que o casal jamais usou o apartamento e apenas visitou o local para avaliar o interesse na compra.

Nem tudo é paz no interior do Tribunal de Justiça

Atoga não esconde a existência de divergências internas no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Caso emblemático ocorreu há 43 anos, com a ajuda decisiva da ditadura militar, quando colegas desembargadores apearam Alceste Ribas de Macedo da presidência do TJ e da magistratura — ato revertido anos depois pela Lei da Anistia.

Se alguém pensa que se vive lá, entre seus 120 desembargadores, um clima de absoluta paz e tranquilidade, está enganado. Os subterrâneos do TJ contam outras histórias de desavenças, mas poucas vêm a público. A grande maioria nem sequer ganha contornos jurídico-burocráticos — pois também existe e costuma prevalecer uma força maior de contenção, o corporativismo. Em nome deste corporativismo auto-protetor, a regra é calar, fechar os olhos e tapar os ouvidos.

Não é o que está acontecendo na 2.^a Câmara Criminal do Tribunal presente. Não é uma câmara qualquer — é aquela a que estão afetos julgamentos de crimes contra a administração pública. Para se ter ideia de sua importância: é pela 2.^a Câmara que neste momento estão tramitando casos tão polêmicos quanto o das operações Quadro Negro, Publicano, Barreado e Panaceia — sem falar no caso dos Diários Secretos.

Já se vê por aí que é uma Câmara que mexe — diria o vulgo — com “cachorro grande”. É de se imaginar, portanto, que os cinco desembargadores e juizes substitutos que a compõem, sofram pesadas pressões dos poderosos envolvidos (direta ou indiretamente) nas ações em julgamento. E este fato deve ser a razão do clima beligerante que a cada dia se agrava entre seus membros.

Dentre os desembargadores da 2.^a Câmara há um que, no bom e velho sentido

republicano, tem dado “trabalho” para os demais. Costuma votar as matérias com inusitado rigor e divergir dos votos alheios quando, segundo sua percepção, se afastam do bom direito ou da justiça. Trata-se do desembargador José Maurício Pinto de Almeida, que nas últimas semanas:

- Formalizou denúncia contra colegas por prática de “nepotismo cruzado” — um nomeando parente do outro com a devida reciprocidade. Documentado, levou a denúncia ao presidente do TJ, Paulo Vasconcelos, e comunicou os fatos ao Ministério Público e ao CNJ. Vasconcelos mandou investigar.

- Descobriu que um juiz-convocado da Câmara deu duas decisões contraditórias em relação à concessão de habeas corpus que pedia a suspensão da ação penal contra réus envolvidos na Operação Publicano — aquela que investigou a fraude de R\$ 1 bilhão contra os cofres públicos no âmbito da Receita Estadual de Londrina. A primeira decisão foi no sentido de não conceder o habeas corpus; estranhamente, poucos dias depois, acatou a liminar. Auditores fiscais teriam agido em proveito próprio e, supostamente, para abastecer a campanha de reeleição do governador Beto Richa.

- Votou contra o habeas corpus que trançou a ação contra um grupo de advogados acusados de cometer irregularidades, em conluio com serventuários de um cartório de Antonina, em processos de indenização para milhares de pescadores vítimas da poluição causada pelo vazamento de um oleoduto da Petrobras que os impediu de trabalhar por meses.

Tudo isso — e muito mais — tem gerado sério desconforto no interior da 2.^a Câmara, ao qual se somam constrangimentos que atingem também grandes escritórios de advocacia, políticos e agregados de toda espécie.

E por falar em agregados, na última quinta-feira, em voto relatado pelo desembargador José Maurício, o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel (o Bibinho) teve indeferido o habeas corpus que pretendia tirá-lo da preventiva que cumpre num quartel da PM. Nem mesmo foi-lhe concedida prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica. Para re-

lembrar: Bibinho é um dos principais personagens dos “Diários Secretos”, série de reportagens desta **Gazeta** e da RPTV que revelou, em 2010, o desvio de R\$ 200 milhões na Assembleia ao tempo em que o deputado Nelson Justus era o presidente. Justus espera julgamento pelo Órgão Especial do TJ enquanto o tempo passa e os crimes dos quais é acusado prescrevem.

GAZETA DO POVO

Lava Jato e as teorias da conspiração

O bom andamento da Operação Lava Jato é valiosíssimo para a sociedade brasileira e não combina com a verborragia de algumas das mais altas autoridades do país vista na semana passada. Falar demais, como exemplificam as manifestações do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes nos últimos dias, apenas serve como combustível para minar a confiança no trabalho investigativo.

O estopim para a troca de frases quentes sobre a operação foi uma reportagem da revista *Veja* que dava como certa a citação do ministro do STF Dias Toffoli na delação que está sendo negociada pelo MPF com Léo Pinheiro, ex-presidente da empreiteira OAS. A informação foi apresentada como um vazamento e causou duas reações intempestivas.

Primeiro, Janot suspendeu a negociação com Pinheiro. O procurador-geral parece ter se intimidado diante de mais um possível vazamento e, sem apresentar uma razão concreta, preferiu paralisar uma frente da investigação que é crucial para se elucidar um dos braços de corrupção detectados pela Lava Jato. A tese de Janot é a de que o próprio empreiteiro divulgou a informação com o objetivo de pressionar o Ministério Público Federal.

O problema na reação do procurador é que ele preferiu parar a investigação em vez de ir atrás de quem de fato vazou o conteúdo que, segundo ele, não fazia parte da delação. Acusar o delator de quebra de confiança antes de apresentar um indício concreto serve apenas para retardar o andamento do processo e cercar a Lava Jato de uma especulação desnecessária.

Ainda no campo da especulação, o ministro Gilmar Mendes decidiu falar sobre o

caso em termos que não se espera de um membro da mais alta corte do país. Insinuou que “estamos nos avizinhando do terreno perigoso de delírios totalitários”, em referência ao que seriam as verdadeiras intenções dos procuradores da Lava Jato. O vazamento das informações sobre Dias Toffoli estaria dentro desse contexto, com os investigadores incutindo nos delatores as respostas que desejam ouvir.

Não bastasse a comparação infeliz com regimes totalitários, Mendes fez a ligação entre o vazamento e o projeto de lei que pretende tornar mais rigoroso o combate à corrupção — as dez medidas contra a corrupção propostas pelo MPF. Para ele, o projeto libera provas ilícitas nas investigações, algo que abriria a porta, por exemplo, para o uso execrável da tortura. O posicionamento do juiz Sérgio Moro, que apoia o projeto, foi usado pelo ministro para reforçar a teoria infundada de que há uma conspiração totalitária liderada pelo MPF.

Mendes misturou o que é ainda um debate teórico e que está sendo conduzido no Congresso com o que ele acredita ser uma ação orquestrada para perpetuar no país a prática do abuso de autoridade. Há nisso um exagero evidente. O texto em análise no Congresso disciplina o entendimento sobre prova ilícita e precisa de fato ser debatido a fundo. Sua redação, já alterada uma vez pelo MPF, pode ser aperfeiçoada.

A verborragia de Janot e Mendes fabricou uma polêmica totalmente desnecessária. A decisão inédita tomada por Janot de interromper a delação é uma reação exacerbada que atrasa as apurações. E as críticas de Mendes, que vê um movimento de conquista de poder vindo de dentro do MPF, não descrevem corretamente os fatos.

As autoridades fariam melhor se concentrassem esforços em encontrar os verdadeiros culpados pelo vazamento de informações, verídicas ou não, que confunde o andamento da Lava Jato. A operação precisa, como qualquer processo judicial, ser acompanhada de perto e com os mais altos critérios legais para manter sua legitimidade. Ilações, no entanto, apenas distorcem a visão da sociedade sobre o combate à corrupção.

A verborragia de Janot e Mendes fabricou uma polêmica desnecessária

GAZETA DO POVO

ELIO GASPARI

Janot ajudou os inimigos da Lava Jato

27 AGO 2016

28 AGO 2016

O doutor Rodrigo Janot leu uma expressão — “estelionato delaciona!” — informando que o vazamento de uma informação banal e legalmente irrelevante envolvendo o ministro José Antonio Dias Toffoli e o empreiteiro Léo Pinheiro (OAS) não saiu da sua Procuradoria porque lá não entrou. Se lá não entrou, de lá não poderia ter saído, e, se não existe, o doutor não teria por que suspender as tratativas pela colaboração de Pinheiro. Se notícias desse tipo podem influenciar decisões do procurador-geral, generaliza-se uma carnavalização jurídica.

A ideia de que Léo Pinheiro queira contar o que sabe e que a Procuradoria não quer ouvi-lo serve apenas para propagar boatos e até mesmo infâmias. A PGR se recusaria a ouvir um grande empreiteiro, sem mostrar o que ele está escondendo. Pegaram 364 pessoas, quebraram 121 sigilos telefônicos (inclusive o de Léo Pinheiro), fecharam-se 41 acordos de colaboração e evitam-se as revelações, ainda que parciais, de um gato gordo da OAS.

Sob o nome de Lava Jato misturaram-se várias iniciativas, conduzidas por duas equipes de procuradores, a de Brasília, chefiada por Janot, e a de Curitiba, onde está o juiz Sérgio Moro. Diversas narrativas de pessoas que gostariam de envenenar as duas equipes informam que elas guardam diferenças. A turma de Curitiba vive nas nuvens da autossuficiência. A de Brasília, na estratosfera da onipotência.

Curitiba cometeu o grande erro da circulação do grampo de Lula com Dilma Rousseff. Brasília pediu espetaculosamente a prisão de José Sarney e do senador Renan Calheiros, negada pelo ministro Teori Zavascki. A colaboração do

senador Delcídio Amaral tem vulnerabilidades que poderão levar a sua anulação parcial. No caso da colaboração de Sérgio Machado, o ex-presidente da Transpetro, há muito vapor (de enxofre) e pouca materialidade.

A Lava Jato depende muito mais da serenidade dos procuradores do que da conduta dos seus adversários, pois os erros dos servidores servem aos interesses dos delinquentes. Como no caso do grampo de Lula com Dilma, pode-se fazer tudo por ela, menos o papel de bobó para tirar da mesa tolices alheias.

Os empreiteiros mostram seu poder

Va lá que o ministro Gilmar Mendes queira por um freio na Lava Jato, mas ninguém consegue frear as empreiteiras na defesa de seus interesses. Desde 2013 vaga pelo Senado o projeto de lei 559 pelo qual quebram-se os ossos da lei das licitações. O mimo esteve para ser votado em 2014 (ano eleitoral), mas foi para a geladeira. No governo de Michel Temer ele ressuscitou, piorado. Na sua versão inicial criava-se a modalidade de “contratação integrada”, dispensando a apresentação de um projeto básico para obras de valor superior a R\$ 2 milhões (projeto básico, a ciclovia Tim Maia tinha). Essa modalidade de licitação light nasceu na Petrobras. Deu no que deu.

Empreiteiras contratadas para uma obra poderão

desapropriar imóveis. Uma festa para a fusão de interesses de empresas de engenharia, companhias imobiliárias e escritórios de advocacia versados nesse tipo de litígio.

No “governo de salvação nacional”, acrescentou-se uma gracinha, instituindo o “diálogo competitivo”. Ele prevê a realização de reuniões de autoridades públicas com “licitantes previamente selecionados”. Assim, seria possível organizar um “diálogo competitivo” com os doutores Sérgio Machado, pela Transpetro, Marcelo, pela Odebrecht, e Léo Pinheiro, pela OAS.

O governo vem ajudando a tramitação do projeto de lei 559 e ele poderá ser votado no Senado ainda neste ano, seguindo para a Câmara dos Deputados.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

27 AGO 2016
28 AGO 2016

METEOROS

Muita gente sonha para que a eleição de 2018 ofereça alternativas à lista de candidatos saídos do atual quadro partidário.

Seria um candidato-meteoro.

Quem? As escolhas são livres, aqui vai uma lista para exercícios de quiromancia, por ordem alfabética.

1- Cármen Lúcia. Ela assume a presidência do Supremo Tribunal Federal no próximo dia 12.

2- Joaquim Barbosa. O ex-ministro recolheu-se, mas está na cabeça de muita gente.

3- Rodrigo Janot. O procurador-geral da República parece gostar da ideia.

4- Sergio Moro. O juiz já disse que essa não é sua praia. A conferir.

EREMILDO, O IDIOTA

Eremildo é um idiota e não entendeu o que disseram os doutores da Associação de Magistrados Brasileiros quando tentaram pegar a carótida de Gilmar Mendes:

“É lamentável que um ministro do STF, em período de grave crise no país, milite contra as investigações da Operação Lava-Jato, com a intenção de decretar o seu fim, e utilize como pauta a remuneração da magistratura”.

O cretino não entendeu o que uma coisa tem a ver com a outra. Por idiota, Eremildo não sabe como a crítica aos penduricalhos da magistratura pode inibir ou acabar com a Lava Jato.

O teto salarial dos servidores públicos é de R\$ 33,7 mil. Em Minas Gerais, há desembargadores que ganham R\$ 56 mil; em São Paulo, R\$ 52 mil; e, no Rio, R\$ 38 mil.

Gilmar Mendes falou em “gambiarra”. Segundo a ministra Cármen Lúcia, são folhas de pagamentos onde “tem puxadinho e sei lá mais o quê”.

TALENTO

A defesa de Dilma Rousseff mostrou que José Eduardo Cardozo, ex-ministro da Justiça do comissariado, é um grande advogado.

TOFFOLI E JOHNSON

Com a história do serviço de impermeabilização de sua casa, o ministro José Antonio Dias Toffoli decidiu ficar no silêncio do seu gabinete. Ele tem as notas fiscais de toda a obra, na qual gastou cerca de R\$ 1 milhão.

Seu silêncio livrou-o de uma armadilha celebrizada por ter sido a piada política preferida do desbocado e egocêntrico presidente americano Lyndon Johnson (1963-1969). É a seguinte:

O candidato a xerife de uma pequena cidade do Texas vai ao jornal de um amigo e pede que publique que seu adversário mantivera relações sexuais com porcos.

— Eu não posso publicar isso. Ele vai desmentir. Disse o dono do jornal.

— É exatamente isso que quero. Respondeu o candidato.

ESTILO TEMER

Às segundas, quartas e sextas, o governo informa que poderá aumentar impostos. À terças, quintas e sábados, garante que não haverá aumento de impostos. Durante os sete dias da semana, ninguém acredita no que diz.

GAZETA DO POVO

VERISSIMO

Ri, palhaço

Depois da provável cassação da Dilma pelo Senado ainda falta um ato para que se possa dizer que *la commedia é finita*: a absolvição do Eduardo Cunha pelo mesmo Senado. Nossa situação é como a opera *Pagliacci*, uma tragicomédia, burlesca e triste ao mesmo tempo. E acaba mal. Há dias li numa página interna de um grande jornal de São Paulo que o Temer está recorrendo às mesmas ginásticas fiscais que podem condenar a Dilma. O fato mereceria um destaque maior nem que fosse só pela ironia, mas não mereceu nem uma chamada na primeira página do próprio jornal e não foi mais mencionado em lugar algum.

A gente admira o justiceiro Sérgio Moro, mas acha perigoso alguém ter tanto poder assim, ainda mais depois da sua espantosa declaração que provas ilícitas são admissíveis se colhidas de boa-fé, inaugurando uma novidade na nossa jurisprudência, a boa-fé presumida. Mas é bravo ter que ouvir denúncias contra o risco de prepotência dos investigadores da Lava Jato da boca do ministro do Supremo Gilmar Mendes, o mesmo que ameaçou chamar o então presidente Lula “às falas” por um grampo no seu escritório que nunca existiu, e ficou quase um ano com um importante processo na sua gaveta sem dar satisfação a ninguém. As óperas também costumam ter figuras sombrias que se esgueiram (grande palavra) em cena.

O Eduardo Cunha pode ganhar mais tempo antes de ser julgado, tempo para o corporativismo aflorar e os senadores se darem conta do que estão fazendo, punindo o homem que, afinal, é o herói do impeachment. Foi dele que partiu o processo que está chegando ao seu fim previsível agora. Pela lógica destes dias, depois da cassação da Dilma e passo seguinte óbvio seria

condecorarem o Eduardo Cunha. Manifestantes: às ruas para pedir justiça para Eduardo Cunha!

Contam que um pai levou um filho para ver uma ópera. O garoto não estava entendendo nada, se chateou e perguntou ao pai quando a ópera acabaria. E ouviu do pai uma lição que lhe serviria por toda a vida:

— Só termina quando a gorda cantar.

Nas óperas sempre há uma cantora gorda que só canta uma ária. Enquanto ela não cantar, a ópera não termina.

Não há nenhuma cantora gorda no nosso futuro, leitor. Enquanto ela não chegar, evite olhar-se no espelho e descobrir que, nesta opera, o palhaço somos nós.

27 AGO 2016

28 AGO 2016

27 AGO 2016

GAZETA DO POVO 28 AGO 2016

Congresso ganha musculatura com o impeachment e impõe desafios

Ao receber de “presente” do Parlamento a efetividade no cargo de presidente da República, Michel Temer terá de lidar com os custos e as ameaças de um Legislativo fortalecido

Fernando Martins

● A presidente Dilma Rousseff (PT) havia sido reeleita havia apenas dois dias quando perdeu uma votação importante na Câmara, em outubro de 2014. Os deputados anularam um decreto presidencial que obrigava que, em determinados assuntos, decisões governamentais tivessem de passar antes por conselhos populares. Era um sinal do que estava por vir.

De lá para cá, o Congresso ganhou musculatura e impôs uma série de derrotas para a petista, culminando na abertura do processo de impeachment — cujo desfecho, tudo leva a crer, será o afastamento definitivo de Dilma nos próximos dias.

Será com esse Legislativo fortalecido e que assumiu um papel de protagonismo na política nacional que Michel Temer (PMDB) terá de lidar pelos próximos dois anos e quatro meses, caso seja efetivado no cargo. Temer tem armas nas mãos para domar a fera. Mas também corre riscos de sair ferido.

Conversa para cafezinho

Analista político do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz afirma que há três formas clássicas de atender aos interesses de deputados e senadores no sistema político brasileiro: liberação da verba de emendas parlamentares, distribuição de cargos e atenção.

Dilma falhou principalmente em abrir o gabinete para oferecer um cafezinho aos políticos. “A presidente não dialogava com o Congresso”, diz Queiroz. Temer começou bem nessa seara, aproveitando-se de sua longa experiência como deputado. “Ele já recebeu

mais de 100 parlamentares [durante a interinidade], algo que Dilma não deve ter feito ao longo de seus dois mandatos.”

Para o cientista político Sérgio Praça, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV Rio, a efetivação de Temer tende a fortalecê-lo em relação ao Congresso. “Não haverá mais a ameaça de parlamentares de que podem voltar a apoiar Dilma para mantê-la no cargo caso não tenham seus interesses atendidos.”

Ainda assim, Planalto e Congresso estarão numa situação de equilíbrio de forças. “Temer tem muita força na distribuição de cargos e o Congresso tem força por controlar a agenda legislativa que interessa a Temer”, diz Praça.

Ameaças

Esse delicado equilíbrio, contudo, pode pender para o lado do Congresso e aumentar o custo para o peemedebista manter o apoio parlamentar que conquistou.

A aprovação do pacote de ajuste fiscal e de projetos impopulares propostos pelo presidente — reforma da previdência, teto de gastos para o poder público, reforma trabalhista — serão os primeiros testes para Temer. Segundo Praça, isso vai exigir muita negociação. E possivelmente concessões.

Antônio Queiroz, do Diap, diz que, por outro lado, há um fator que pode ajudar Temer:

a atual base é mais alinhada ideologicamente com o Planalto e identificada com seu projeto político do que o antigo bloco de sustentação de Dilma. Os aliados de Temer são, em geral, mais à direita.

TESTE DE FOGO

Um segundo teste de fogo para Temer vai ocorrer em fevereiro, com as eleições dos novos presidentes da Câmara e do Senado. O cientista político David Fleischer, da UnB, afirma que há risco de a base rachar: PSDB e o centrão (grupo de vários partidos da base) sonham com a presidência da Câmara.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

27 AGO 2016

28 AGO 2016

DILEMA

Sucesso do novo governo é ameaça para a boa relação com a base

Partidos da base do presidente Michel Temer (PMDB) vivem um dilema: o sucesso do governo do peemedebista pode dificultar ou inviabilizar suas candidaturas presidenciais em 2018. O medo de alguns aliados obedece a uma lógica: se o governo der certo, o próprio Temer pode tentar a reeleição. Ou apoiar um candidato que largaria com força. Especula-se que possa ser o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Congressistas entrevistados pela **Gazeta do Povo** relataram que esse temor já circula nos bastidores de Brasília. "O PSDB e outros partidos estão preocupados com a possibilidade de Temer tentar a reeleição", disse um deputado da base. Ele acredita, porém, que isso não deve ser um problema na relação do presidente com o Congresso num primeiro momento, pois a sucessão presidencial ainda está longe. O cientista político David Fleischer, da UnB, tem uma visão diferente. Para ele, até mesmo a aprovação do ajuste fiscal pode ser prejudicada em função da disputa de 2018. Segundo ele, sem o ajuste o governo não teria sucesso e isso facilitaria o lançamento de outros candidatos. "Nem sempre os políticos pensam no que é melhor para o país, mas sim para eles próprios", afirma Fleischer. E o melhor para eles pode ser dificultar a vida de Temer.

No espelho retrovisor desses políticos está o exemplo do governo do ex-presidente Itamar Franco, que assumiu com o impeachment de Fernando Collor, em 1992. O êxito do Plano Real permitiu que o então ministro da Fazenda de Itamar, Fernando Henrique Cardoso, viabilizasse sua candidatura à Presidência. "O PSDB está numa situação complicada desde já", diz o cientista político Sérgio Praça, da FGV Rio. "Ajudou a derrubar a Dilma. É parceiro do Temer nisso. Mas teme o sucesso do governo, com a possibilidade de reeleição do Temer ou a eleição do Meirelles." Apesar disso, o PSDB não tem muita opção, afirma Praça. Migrar para a oposição ao governo significaria se alinhar com o inimigo nº 1 dos tucanos: o PT.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Atrás do escudo da interinidade, Temer não avançou no ajuste das contas públicas

BRASÍLIA
Catarina Scortecci
Correspondente

● A gestão de Michel Temer na Presidência da República até agora foi marcada por recuos, seja para não desagradar servidores ou aliados, seja para atender a pressões externas. Auxiliares do peemedebista dão mais ou menos a mesma justificativa: a interinidade não permite “ousadias”. Para eles, a constante ameaça de retorno de Dilma Rousseff ao Palácio do Planalto nos últimos três meses freou até mesmo negociações importantes, como as tratativas com os sindicatos em torno de propostas de reformas previdenciária e trabalhista.

O saldo final é uma administração de pouco mais de 100 dias que não avançou na principal bandeira do peemedebista, o ajuste nas contas públicas. Apesar da expectativa de fechar o ano com um rombo de R\$ 170 bilhões nas contas, menos de um mês após assumir interinamente o Executivo, Temer deu aval para a Câmara dos Deputados aprovar um pacote de reajuste para o funcionalismo federal — Executivo, Judiciário e Legislativo, além do Ministério Público. O impacto da medida é estimado em quase R\$ 60 bilhões até 2019 e contraria o discurso de austeridade vendido por Temer.

Parte do pacote — agora em análise pelo Senado — prevê inclusive o aumento do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 33.763 para R\$ 39.293. A remuneração do STF serve de referência para todo o funcionalismo e, por isso, qualquer alteração pode gerar um “efeito cascata” em todo o país.

Dívida dos estados

No início deste mês, nova polêmica na Câmara. Pressionado por servidores públicos e sem conseguir costurar um consenso até mesmo entre os aliados, Temer cedeu e deu permissão para a modificação do projeto de lei complementar 257, que permite a renegociação das dívidas dos estados com a União.

Com o recuo do Planalto, caíram itens da lista de contrapartidas que os estados inicialmente assumiriam em troca de condições melhores no pagamento das dívidas — como a obrigação de “congelar” salários de servidores estaduais por dois anos.

27 AGO 2016

28 AGO 2016

“Nem sempre os políticos pensam no que é melhor para o país, mas sim para eles próprios.”

David Fleischer, cientista político da UnB.

IMPOPULARIDADE

O cientista político Sérgio Praça, da FGV Rio, afirma que a impopularidade do presidente Michel Temer e a acusação de que o governo dele é ilegítimo não tendem a atrapalhar de forma decisiva sua relação com a base. Esses dois pontos devem ser muito mais o centro do discurso da nova oposição, capitaneada pelo PT. Segundo Praça, o risco maior de desgaste com os aliados, num primeiro momento, será a aprovação das medidas impopulares e do ajuste fiscal.

27 AGO 2016

28 AGO 2016

GAZETA DO POVO

falecimento

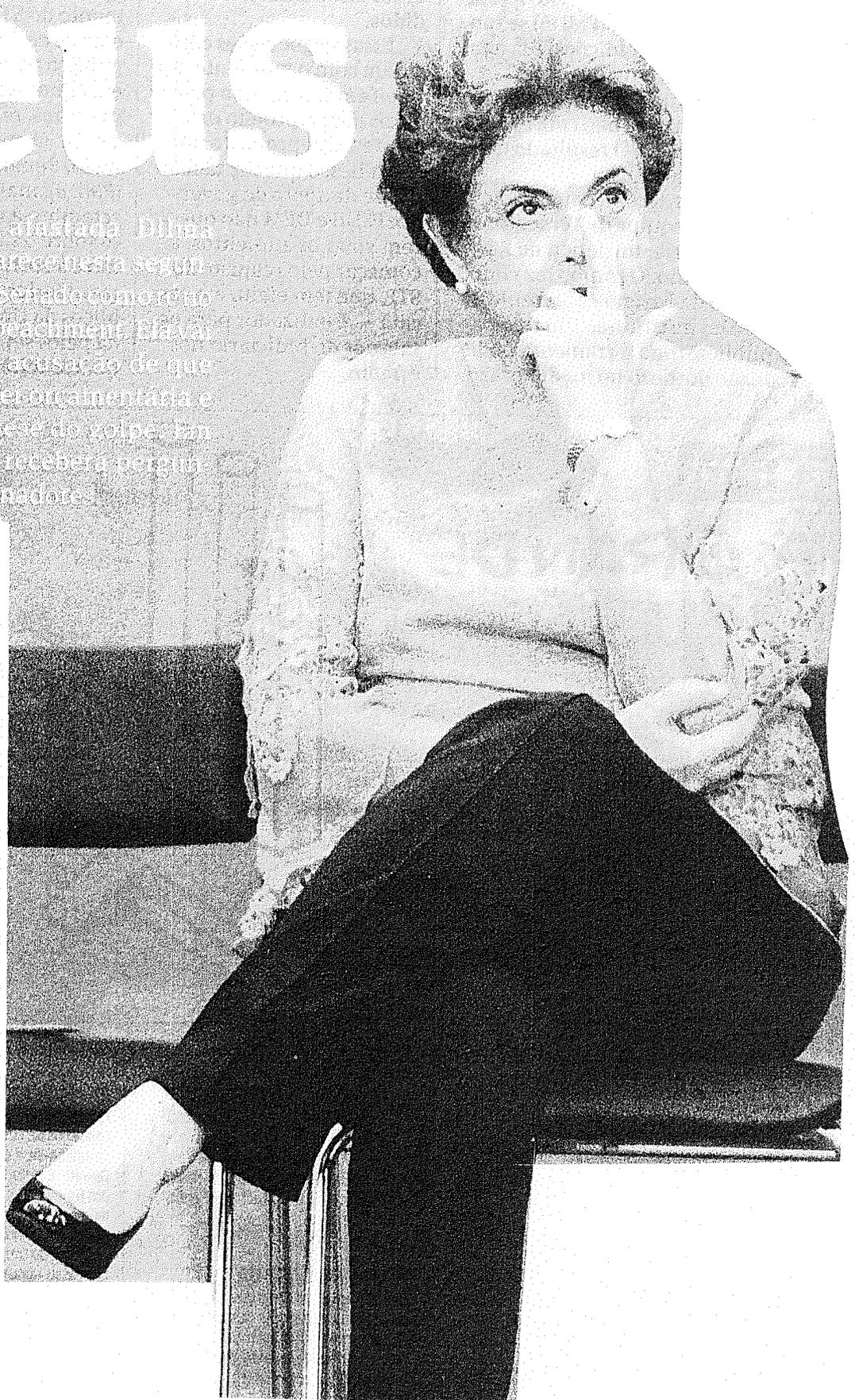
Adolpho Kruger Pereira, 90 anos.
Profissão: desembargador. Filiação:
Agostinho Pereira Alves Filho e
Euthalia Kruger Pereira. Sepultamento
ontem.

GAZETA DO POVO 29 AGO 2016

Dilma no banco dos

réus

A presidente afastada Dilma Rousseff comparece nesta segunda-feira (29) ao Senado como réu no processo de impeachment. Ela vai se defender da acusação de que descumpriu a lei anticorrupção e deve repetir a tese do golpe. Em contraposição, receberá perguntas duras dos senadores.



29 AGO 2016

GAZETA DO POVO

O último ato de Dilma antes da decisão final

Petista deverá dizer
que está sendo julgada
por não ter aceito
interferir na Lava Jato

*Euclides Lucas Garcia,
com agências*

● Se os prognósticos em Brasília não falharem, Dilma Rousseff (PT) subirá à tribuna do Senado nesta segunda-feira para o seu último ato formal como presidente da República. O discurso da petista é aguardado como ponto alto do processo do impeachment, iniciado em dezembro.

Nos trinta minutos que terá à disposição, ela deverá centrar fogo em três pontos: não cometeu crime de responsabilidade e, portanto, está sofrendo um golpe; foi vítima da vingança do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ); e paga o preço por não ter cedido à pressão de barrar a Operação Lava Jato.

Nas últimas semanas, segundo assessores próximos, ela trabalhou de dez a doze horas por dia no texto da defesa. Sem perder o foco nos argumentos principais, a tendência é que a petista utilize uma linguagem menos técnica, ao contrário do que está acostumada, e também abra espaço para trechos emocionais, que mencionem a sua trajetória de vida na luta pela democracia.

Defesa

A exemplo da carta que enviou aos 81 senadores há 15 dias, Dilma pretende reforçar que é inocente e que o processo está sendo realizado contra a Constituição. Numa estocada no PSDB, pode afirmar que muitos não aceitaram uma nova derrota nas urnas, em 2014. Além de ressaltar a tese de golpe, Dilma deverá defender novamente a realização de um plebiscito para a convocação de novas eleições.

Mesmo fora do comando da Câmara, Cunha certamente será lembrado. Em primeiro lugar, Dilma vai afirmar que o impeachment foi deflagrado após chantagem do peemedebista, que era o responsável pelo processo na Casa. Também dirá que a Câmara aprovou uma série de pautas-bomba para sabotar o seu segundo mandato.

Por fim, deve se referir a manobras que aliados do presidente interino Michel Temer (PMDB) estariam articulando para frear a Lava Jato, uma vez que ela não teria cedido às pressões para barrar as investigações. Há expectativa se a petista citará o áudio em que o senador Romero Jucá (PMDB-RR) diz ao ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado ser necessário mudar o governo para "estancar a sangria" da Lava Jato e impedir o avanço da operação.

CONTINUA

COMO SERÁ A DEFESA

Além de discurso, presidente afastada será questionada pelo presidente do STF, senadores e autores da denúncia.

Quantos minutos Dilma Rousseff terá para se defender?

30 minutos. O tempo pode ser prorrogado pelo presidente da sessão, Ricardo Lewandowski.



E depois disso?

A presidente afastada será questionada por:



Ricardo Lewandowski
Presidente do STF



Senadores
Presentes à sessão



Janaina Paschoal
Advogada



Miguel Reale
Ex-ministro

autores da denúncia



José Eduardo Cardozo
Ex-ministro e advogado de defesa



Cada um pode usar até **5 minutos para levantar perguntas.** Dilma escolhe se responde ou não aos questionamentos e não tem tempo limite para fazer sua defesa.

7

HORAS
ou mais

Quanto pode durar esta etapa?

Tem chances de passar de sete horas. Caso os 81 senadores utilizem 5 minutos para questionar Dilma Rousseff, já serão gastas 6 horas e 50 minutos. Isso não leva em conta os tempos de Lewandowski, dos autores da denúncia e do advogado de defesa. Além disso, também haverá o tempo das respostas da presidente.

No Paraná, os três senadores utilizarão o tempo de questionamento?



Alvaro Dias
PV

Sim, mas vai aguardar o desenrolar da situação para elaborar sua pergunta para Dilma.



Gleisi Hoffmann
PT

Ainda não tem estratégia definida para a etapa do julgamento.



Roberto Requião
PMDB

Não vai utilizar o tempo de questionamento.

*Respostas foram dadas pela assessoria dos senadores, em entrevista no dia 25.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

PERÍODO DE PERGUNTAS

Após discursar, a presidente afastada Dilma Rousseff (PT) será alvo de questionamentos dos senadores. Para se preparar, ela passou o fim de semana num treinamento intensivo com parlamentares aliados, que, em plenário, deverão fazer perguntas que deem a ela a chance de falar sobre realizações do seu governo. O período também serviu para deixá-la pronta para a necessidade de improvisos e municiá-la com argumentos para enfrentar as indagações adversárias. Uma expectativa do PT é que a possível presença do ex-presidente Lula em plenário, se não for capaz de reverter a derrota quase certa, ao menos constranja ex-aliados de Dilma que queiram colocá-la contra a parede.

PROVÁVEL EMBATE

Uma das maiores preocupações, no governo e na oposição, é com o comportamento de Janaina Paschoal, que poderá fazer perguntas para a presidente afastada Dilma Rousseff (PT). Uma das responsáveis pelo pedido de impeachment que tramita no Congresso, a advogada, conhecida pelo seu estilo inflamado e provocador, chegou a afirmar em abril que não iria "deixar essa cobra continuar dominando" o país. O maior receio de ambos os lados é que a sessão desta segunda-feira (29) se transforme num circo, a exemplo do que ocorreu na Câmara, quando os olhos do mundo todo estarão voltados para o Brasil.

29 AGO 2016

GAZETA DO POVO

2ª SEMANA DA
DEMOCRACIA

15 de setembro das 08h00 às 18h30 no
Museu Oscar Niemeyer: Rua Marechal
Hermes 999 / Curitiba PR.

Inscreva-se agora mesmo em
www.semanadademocracia.org.br
vagas limitadas!



Palestrante Confirmado Márlon Reis

Advogado eleitoral. Doutor em Sociologia Jurídica e Instituições Políticas. Exerceu a profissão de Juiz de Direito no estado do Maranhão por 19 anos. É fundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCCE) que deu origem à Lei da Ficha Limpa.

26 AGO 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Saidinha custa caro a banco em Curitiba

O Banco Bradesco foi condenado a indenizar um pequeno empresário de Curitiba que foi assaltado após sair de uma agência, em outubro de 2011. A sentença saiu no dia 16 de agosto. A vítima sacou R\$ 10.343,41 e, assim que deixou a agência foi abordada pelo assaltante, que havia sido avisado por um comparsa no interior do banco. Segundo o advogado Júlio Militão, a ação por danos materiais e morais foi julgada procedente porque o banco não possuía o biombo de proteção às operações de caixa, conforme determina a Lei Municipal 12812/2008. O valor da causa foi fixado em R\$ 24.343,41. "A despeito de o roubo ter ocorrido fora das dependências da agência bancária, este fato por si só não a exime da responsabilidade pelo evento danoso, uma vez que é dever do Banco garantir a privacidade e a segurança dos seus clientes no momento do saque", escreveu a juíza na sentença.

27 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Justiça determina que Funai libere verba

Recursos são para construção da Casa de Passagem em Apucarana; Fundação adiantou que irá recorrer da decisão

Município já destinou uma área para construção, localizada no Bela Vista

Aline Machado Parodi

Reportagem Local

Apucarana - A Justiça Federal em Apucarana (Centro-Norte) determinou que Fundação Nacional do Índio (Funai) destine em 180 dias recursos para viabilização da obra e, após a liberação do dinheiro, a Prefeitura tem 180 dias para iniciar a construção. O Município ficará responsável pela destinação e terraplanagem do terreno, execução da obra e o custeio de funcionamento da casa de passagem. A decisão é resultado de uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2010 para assegurar os direitos da população indígena.

O procurador da República Raphael Otávio Bueno Santos afirmou que, ao longo dos anos, várias propostas de acordo foram feitas à Funai e ao município, mas a Fundação sempre recusou. A Prefeitura chegou a doar um terreno, mas como estava em área de preservação permanente, a construção foi inviabilizada.

A intenção do MPF é que os índios tenham um local com um mínimo de condições para se abrigarem no período que estão na cidade para venda de artesanato. "Na casa de passagem eles teriam um lugar com água, luz e banheiro; e funcionários para fazer o atendimento social e verificar a vulnerabilidade social", ressaltou Santos. Hoje, os indígenas acampam no terreno que seria doado pelo município. "É uma área improvisada. A Justiça determinou que fosse colocado um ponto de água para eles, tem algumas construções, mas eles ficam lá de forma precária", disse.

O procurador geral do município, Paulo Sérgio Vital, disse que o Município já destinou uma nova área para construção. Será anexo ao Centro Social Urbano, no Parque Bela Vista. "Solicitamos à Funai o projeto arquitetônico básico que o órgão possuiu para seguirmos e aguardamos a liberação dos recursos", afirmou.

Segundo ele, a terraplanagem já foi realizada. "O município sempre concordou com a construção, mas ficou na dependência da Funai. Entendemos que quem tem que arcar com a manutenção é a Funai, mas vamos fazer para resolver a questão."

A Secretaria de Assistência Social presta atendimento aos indígenas que procuram o Centro Pop, mas ainda não elaborou um projeto para o atendimento a essa população. "Estamos aguardando a construção da casa de passagem", justificou a secretária Sueli Kaminski.

A Funai informou, por e-mail, que "apesar de haver decisão judicial, a Funai não possui previsão legal para o custeio desse tipo de ação." O órgão informou ainda que recorreu da decisão judicial.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

27 AGO 2016

Romário investigado

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu uma investigação iniciada pelo Ministério Público do Distrito Federal sob suspeita que o senador Romário (PSB-RJ) instalou um campo de futebol e um píer de madeira em área de preservação às margens do lago Paranoá, em Brasília. As obras, segundo a investigação preliminar, foram feitas pelo senador na casa em que mora no Lago Sul, área nobre de Brasília. Ao constatar que o morador do imóvel era Romário, porém, o Ministério Público do Distrito Federal solicitou o envio da investigação para o STF, já que o senador possui foro privilegiado.

Autorizado pela Marinha

O processo ficou sob a relatoria do ministro Teori Zavascki, mas ainda deve ser encaminhado à Procuradoria-Geral da República para que decida se solicita a abertura de um inquérito para apurar formalmente o caso. A suspeita seria de crime ambiental. Em nota, a assessoria de Romário afirmou que ele não construiu as quadras, porque já existiam no local, mas que "realizou apenas pequenas adequações depois que alugou o imóvel". Diz ainda que o píer foi autorizado pela Marinha. "Se houve algum dano ambiental, ocorreu antes mesmo da locação do imóvel, não podendo ser a ele imputado".

PF investiga tucano

Interceptações telefônicas feitas pela Polícia Federal indicam que dívidas da campanha de Marconi Perillo (PSDB), eleito pela quarta vez governador de Goiás, foram pagas pelo esquema de fraudes implantado na Saneago, empresa de saneamento do estado. Na quarta (24), foi deflagrada a Operação Decantação que investiga o desvio de R\$ 4,5 milhões de dinheiro público da empresa que teria sido usado para financiamentos de campanhas eleitorais. As obras que tiveram recursos desviados contaram com financiamento do PAC, BNDES e Caixa Econômica Federal, segundo a PF. O governador Marconi Perillo não quis se manifestar.

Concessões de radiodifusão

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) determine à União o fim das outorgas, concessões, permissões e autorizações de radiodifusão a empresas que tenham políticos como sócios ou associados. A manifestação de Janot foi feita nos autos de uma arguição de descumprimento de preceito fundamental apresentada em dezembro do ano passado pelo Psol. Em sua manifestação, Janot sustenta que, devido à realização periódica de eleições, "há constante renovação do quadro referido de violação de preceitos constitucionais".

INFORME

Choro de Argello

Réu da Operação Lava Jato e acusado de receber propina para impedir convocações na CPI da Petrobras, o ex-senador Gim Argello chorou em depoimento à Justiça nessa sexta (26), e disse que está sendo alvo de "vingança". "Eu não fui desonesto. Não pedi propina para ninguém, não pedi vantagem indevida a ninguém. Eu pedi doação eleitoral dentro da lei", afirmou ele ao juiz Sérgio Moro.

Folclore MAZZA

Vivemos um auge da transparência, não desejada, mas imposta pelos conflitos: o presidente do Senado cobrando de Gleisi a sua mediação na invasão do seu apartamento e na denúncia dos jornais de que o ministro Lewandowski, apesar da relevância de sua posição no impeachment, estaria fazendo lobby pelo aumento salarial do Judiciário. Brasil da inconfidência só na marra, no pesado "jogo da verdade". Ou vai ou racha.

27 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

A quem incomoda a Lava Jato?

A quem está incomodando tanto a Operação Lava Jato, porquanto políticos e outras autoridades questionaram a atuação dos procuradores da república que cumprem seu dever nessa importante força-tarefa. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot disse: "A quem e por que está incomodando tanto", contestando as críticas ofertadas contra a Lava Jato, lembrando, ainda, que isso já aconteceu na Itália na operação "Mãos Limpas". Entretanto, no Brasil quando fatos são revelados e leis boas são aplicadas, assistimos, até estarecidos, uma alta autoridade da República vir a público para criticar atos legítimos, que estão fundamentados na legislação em vigor, razão pela qual podemos ficar apreensivos diante dessas invectivas incorretas e que prestam um desserviço à nação. Ao Poder Judiciário cabe aplicar a lei e não criticá-la, pois ele tem a competência, para declarar uma lei inconstitucional e até nula, descabendo aí a análise pública e raivosa do texto legal. É dever de todo o cidadão de bem, consciente das suas responsabilidades, apoiar, publicamente, uma atitude seja de um juiz ou de um promotor (procurador), a fim de que as autoridades saibam do respaldo popular existente em face do seu ato. Os procuradores da República que trabalham na operação Lava Jato são homens de bem e extremamente corretos, que tudo estão fazendo para tentar repelir, pelo menos um pouco, a imensa quantidade de delitos cometidos por autoridades e elevados membros da elite. É necessário preservar as instituições brasileiras para manter a ordem e disciplina que vem sendo confirmada pelos fatos já revelados. Portanto, é o apelo popular para que as leis sejam mantidas, e aperfeiçoadas, e todas as garantias constitucionais sejam preservadas para o bem do Brasil.

SERVIO BORGES DA SILVA (advogado) – Londrina

Projeto beneficia presas

Ponta Grossa - Um projeto desenvolvido pela equipe multidisciplinar da Defensoria Pública do Paraná em Ponta Grossa (Campos Gerais), tem renovado a esperança de um grupo de detentas da Cadeia Pública Hildebrando de Souza em retomar o contato com seus familiares. Através da confecção de cartas, vídeos, fotografias e mensagens de voz, assistentes sociais e psicólogas estão ajudando cerca de 60 mulheres a resgatarem os laços afetivos com seus entes queridos. Há casos de presas que não veem os parentes próximos há anos. "Muitas mulheres têm os vínculos familiares rompidos a partir do momento em que passam a ficar reclusas. Esse fato as fragiliza emocionalmente, o que aumenta os conflitos entre as detentas, por exemplo, entre outros problemas", afirma a assistente social Ana Letícia de França. Além dela, estão à frente do projeto "O cárcere e a saudade: Resgate de vínculos entre mulheres em situação de cárcere e seus familiares" as assistentes sociais Evelyn Matioski e Maria Stella Orlandini, além da psicóloga Patrícia Olbermann Duda.

27 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Preso por desacato, candidato negro presta depoimento no MP

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O candidato a vereador pelo Psol Renato Almeida Freitas Jr., de 32 anos, prestou longo depoimento no Ministério Público (MP) do Paraná ontem, um dia após ser preso por guardas municipais em Curitiba. O advogado, que é negro, foi abordado enquanto ouvia rap no centro da cidade, por volta das 14h30 de quinta-feira, sob acusação de perturbação da ordem e desacato à autoridade. Ele foi levado ao 3º Distrito, onde permaneceu até o início da noite e alega ter sido vítima de agressão e injúria racial. O Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (Nupier), do MP, vai recomendar a instauração de um inquérito policial para apurar o caso.

Freitas contou que estacionou o carro, com o som ligado sem ser no último volume, e que sentou com dois amigos no meio-fio. Após a chegada dos guardas, teria recebido voz de prisão, sido algemado com as mãos para

*Renato Almeida
Freitas Jr. alega ter
sido vítima de agressão
e injúria racial*

trás e levado um golpe na nuca. Encaminhado ao DP de viatura, disse que, na chegada, ainda recebeu pisões e chutes. "Um deles pisou no meu rosto. Olhei e falei bem assim: 'Vou até o final com isso'. Ele, então, falou: 'Se pisasse na merda, eu ia me incomodar mais do que pisando em você'".

Conforme o boletim de ocorrência, a corporação foi acionada por um funcionário da Casa da Leitura da Rua do Rosário, que argumentou que Freitas ouvia música alta. Ainda de acordo com o relato, os guardas foram desacatados pelo advogado, quando solicitaram que ele reduzisse o volume do som. Ontem, a Secretaria Municipal de Defesa Social também instaurou um inquérito administrativo para investigar o que aconteceu. A prefeitura informou que o Sindicato da Guarda e a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) serão convidados a acompanhar o trabalho do grupo. Todos os envolvidos devem ser ouvidos.

28 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

Retrocesso no combate à corrupção

Para entidades, Lei da Ficha Limpa perde força
com decisão do STF que dá exclusividade às câmaras
de vereadores para julgar as contas de prefeitos

FIQUE DE OLHO!

Os números da polêmica



6 mil

prefeitos com
contas reprovadas
poderão concorrer



1,6 mi

de assinaturas teve a
Lei da Ficha Limpa,
apresentada por
iniciativa popular



dos casos de inelegibilidade
se referem à rejeição
de contas públicas

“

*Isso traz insegurança política
e cria ambiente muito ruim
para o processo eleitoral”*

Lideranças receberam com
“estranhamento” a posição do
Supremo Tribunal Federal, já
que a Lei da Ficha Limpa foi
decorrente de iniciativa popular

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

28 AGO 2016

Carolina Avansini

Reportagem Local

Uma decisão tomada às pressas – e cercada de polêmicas – pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ameaça a eficácia da Lei da Ficha Limpa, aprovada em 2010 por iniciativa popular e que torna inelegíveis os candidatos a cargos públicos cujas contas de gestão foram desaprovadas pelos Tribunais de Contas (TC) a que foram submetidas. O entendimento do STF é que a competência de julgar as contas dos prefeitos que atuam na condição de ordenadores de despesas, ou seja, que autorizam o gasto do dinheiro público, é da Câmara de Vereadores e não dos tribunais. Na prática, significa que aproximadamente 6 mil prefeitos que são candidatos à reeleição – e cujas contas foram reprovadas pelo Tribunal de Contas – poderão concorrer novamente ao cargo no pleito deste ano caso as câmaras aprovelem a gestão dos recursos.

“É um retrocesso enorme em relação ao combate à corrupção”, considera Luciano Santos, advogado especialista em direito eleitoral e diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Segundo ele, o texto original da Ficha Limpa foi aprovado na Câmara, no Senado, recebeu sanção do presidente da república e foi referendado pelo próprio STF. “É uma lei legítima, as pessoas não estavam bêbadas quando aprovaram”, ironizou ele, referindo-se à declaração do ministro Gilmar Mendes, do STF, que afirmou que a Lei da Ficha Limpa parece ter sido “feita por bêbados”. A afirmação foi proferida durante sessão da Corte que analisou decisão sobre contas de

jeitadas de prefeitos que são candidatos às eleições.

A polêmica que resultou na mudança na lei diz respeito ao entendimento sobre contas de governo e contas de gestão. Santos explica que as contas de governo são aquelas fiscalizadas pelo TC para checar se houve investimentos mínimos em saúde ou educação, por exemplo. “São decisões políticas, por isso, a aprovação ou não já tinha que ser submetida às casas legislativas”, esclarece.

Já as contas de gestão são importantes principalmente nas cidades menores onde o ordenador das despesas é o próprio prefeito, que nas palavras do advogado, “administra com o talão de cheques da prefeitura no bolso”. “Ele paga contas, homologa licitações e concursos, enfim, concentra o poder na mão dele”, diz, lembrando que outros agentes públicos, como secretários de finanças, também podem ser ordenadores de despesas.

Santos destaca que o entendimento do Supremo, até então, é que bastava a reprovação das contas de gestão pelo Tribunal de Contas, que é o órgão técnico, para tornar o prefeito inelegível. “Isso consta na legislação eleitoral e está reforçada na Lei da Ficha Limpa, que aumentou o prazo da inelegibilidade de três para oito anos. O próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vinha utilizando essas regras”, aponta.

Agora, após a votação do STF, as contas de gestão também precisarão passar pelo crivo da Câmara de Vereadores, que poderá aprovar as contas apesar de decisão desfavorável do Tribunal de Contas. “A consequência é que essa mudança concentra um poder muito grande nas mãos dos vereadores”, critica, lembrando que em relação às contas de

governo, já há muitos casos em que o ex-prefeito é candidato, tem contas desaprovadas, mas é do mesmo partido do presidente da Câmara que acaba não promovendo a votação das contas para proteger o candidato de se tornar inelegível. “Isso já acontece em relação às contas de governo e passará a acontecer com contas de gestão por jogo político”, lamenta Santos, lembrando que mais de 80% dos casos de inelegibilidade se referem a rejeição de contas públicas.

FALTOU DEBATE

O diretor do MCCE entende que o STF deve ter sido pressionado pela horda de candidatos em risco de perderem o direito de disputar as eleições. “Foi um julgamento muito rápido, que não oportunizou um debate da sociedade sobre a lei”, diz.

O assunto, porém, não está encerrado. Santos esclarece que as entidades que defendem a Lei da Ficha Limpa, incluindo Tribunais de Conta e Ministério Público, tiveram uma reunião com o procurador geral da República Rodrigo Janot e pediram o ajuizamento de recurso através dos embargos sobre os quais o STF terá que se manifestar. “A tentativa é de mudar um voto para reverter o quadro da decisão”, espera.

Os embargos só podem ser feitos após a publicação do acórdão, o que ainda não aconteceu. Teoricamente, o STF não tem prazo para julgá-los, por isso é mínima a possibilidade de que nova decisão ocorra antes das eleições municipais. “Isso traz uma insegurança política muito grande e cria um ambiente muito ruim para o processo eleitoral. Esperamos que haja movimentação nas redes sociais para que pessoas que defenderam a Lei da Ficha Limpa pressionem o Supremo”, avisa.

CONTINUA

OAB repudia mudança na lei

José Lúcio Glomb, presidente do Instituto dos Advogados do Paraná e conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), afirma que as entidades receberam com “estranhamento” a posição do Supremo Tribunal Federal (STF). “A OAB repudia a mudança, pois a Lei da Ficha Limpa foi decorrente de iniciativa popular, recebeu apoio da OAB e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)”, avalia.

Para ele, a lei é referente à defesa da moralidade no serviço público, pois ajuda a evitar que sejam conduzidas a cargos públicos pessoas que causaram danos ao tesouro nacional. “É uma lei que passou pelo crivo do próprio STF, que na época a considerou constitucional”, acrescenta.

Outra preocupação da entidade é que o novo entendimento do STF elimine as funções dos tribunais de contas (TC). “Infelizmente, não acredito que a decisão seja revista antes das eleições”, lamenta, apontando que o fato gerou uma insegurança grande em relação ao processo eleitoral.

“Não haverá tempo para impedir que as pessoas com contas reprovadas concorram. Após a revisão das regras, se o STF voltar atrás, os mandatos poderão ser impugnados. O STF teve tempo para refletir e poderia ter apresentado as sugestões antes”, diz.

Glomb avalia que a decisão vai “abrir a porteira para deixar que pessoas não recomendáveis assumam os destinos dos municípios brasileiros”. “Vai contra tudo que estamos buscando em relação à moralização e combate à corrupção.”

A reportagem da FOLHA fez contato com a Associação dos Municípios do Paraná (AMP) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM), que representam prefeitos, mas elas não quiseram se manifestar. (C.A.)

29 AGO 2016

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Supremo Tribunal Federal

Qual é o verdadeiro papel de um juiz enquanto juiz? Julgar de acordo com a lei vigente, pronto, simples assim. Um juiz, vir a público dando opiniões e expondo seus pensamentos, relativos a questões em casos judiciais, foge completamente à sua função, porque ele não é o dono da verdade. Tanto assim que num colegiado de juízes, como por exemplo no STF, dificilmente se consegue unanimidade nos seus votos durante julgamentos. Ultimamente temos visto um ou outro membro de tribunais, vindo a público defender teses, de situações correntes. A mim me parece que para isso temos advogados e também nossos representantes no Legislativo, com mandato, para exercer essa função. Tem uma frase muito conhecida no mundo jurídico que diz: "Se não está nos autos, não está no mundo". Pois bem, quem vai julgar o que está nos autos é um juiz, pois que ele se atenha absolutamente aos autos. Fora disso está extrapolando suas funções, e se achar que algo não está bem, pois que procure os meios que a lei estabelece para exercer sua cidadania.

JOSÉ ROBERTO BRUNASSI (advogado) – Londrina

27 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo adia julgamento sobre caso de Gleisi

Decisão da Corte se torna senadora ré estava marcada para terça-feira; adiamento leva em conta o calendário do impeachment de Dilma no Senado

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

O julgamento sobre a aceitação da denúncia contra a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), inicialmente previsto para ocorrer na terça-feira, 30, foi adiado. O caso foi retirado da pauta da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), responsável por decidir se torna a senadora e seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, réus na Lava Jato.

O pedido para retirar o caso da sessão da próxima semana foi feito pelo próprio relator, ministro Teori Zavascki. De acordo com fontes ouvidas pelo Estado, a decisão leva em conta o calendário do processo de impeachment.

O motivo é que, como investigada, a petista tem direito a acompanhar, se quiser, o julgamento da sessão sobre a denúncia que pesa contra ela no STF. No entanto, como senadora, ela é uma das “juízas” do processo de impeachment de Dilma no Senado, que se estenderá ao menos até terça-feira. Nessa condição, Gleisi precisaria justificar ao Senado sua eventual ausência no julgamento de Dilma para comparecer ao STF. A intenção de adiar é evitar possíveis alegações de nulidade do processo.

Gleisi e Bernardo são investigados desde março de 2015 sob a suspeita de terem recebido R\$ 1 milhão de propina de contratos firmados entre empreiteiras e a Petrobrás. As investigações apontam que o dinheiro foi usado para custear parte da campanha eleitoral da petista em 2010. Eles negam a acusação.

Indiciamento. No início de abril, a PF encaminhou indiciamento de Gleisi ao Supremo. Como resposta, a defesa da petista protocolou uma reclamação sob argumento de que a po-

● 'Incorreto'

O indiciamento da senadora não foi cancelado pelo STF. Deveria ter sido, já que era incorreto. Mas, por questões processuais, a nossa impugnação foi rejeitada.”

Rodrigo Mudrovitsch

ADVOGADO DA SENADORA GLEISI HOFFMANN (PT-PR), SOBRE O PEDIDO FEITO PARA CANCELAR INDICIAMENTO DA PETISTA PEDIDO PELA PF

lícia não pode indiciar parlamentares, já que a competência para decidir sobre a acusação de autoridades com foro privilegiado é do Supremo.

Na ocasião, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, concordou com os argumentos da senadora. Para Janot, o indiciamento policial não possui efeito jurídico algum e apenas lança uma “pecha” ao investigado. Antes da análise da reclamação pelo ministro Teori Zavascki, contudo, a própria PGR fez a acusação formal contra Gleisi e Paulo Bernardo.

A sobreposição da denúncia da Procuradoria fez Teori julgar prejudicada a reclamação feita por Gleisi.

SÔNIA RACY

Grave, a vida

Depois do bate-boca de ontem cedo, no Senado, Jorge Viana foi atrás de Renan pedir-lhe que se retratasse, publicamente, sobre o que dissera a respeito da ajuda que deu a Gleisi Hofmann e ao marido, Paulo Bernardo, no STF.

Em resposta, Renan teria lhe perguntado como poderia fazer algo assim, se o próprio Viana lhe havia pedido para ajudar os dois no tribunal.

Grave 2

Pouco antes, tão logo os microfones do Senado foram desligados, tem quem jure que Renan “recordou” a Gleisi que ela estaria presa se não fosse por ele. A senadora o teria chamado de novo de “mentiroso”. Procurados, os senadores não retornaram os telefonemas.

27 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Petista diz que também não tem 'moral' para julgar

Ao explicar sua fala de que o Senado não tem moral para julgar a presidente afastada Dilma Rousseff, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse ontem se incluir no grupo sem condições de avaliar os crimes pelos quais a petista é acusada. A frase deu início a uma discussão em plenário na manhã de anteontem e voltou ser polêmica na sessão de ontem.

“Não me arrependo (*de afirmar que a Casa não tem moral*). O Senado não tem moral para julgar a presidente Dilma. Uma parte grande dos senadores está respondendo a processo, inclusive eu”, disse Gleisi. “Me incluo nisso”, afirmou. E complementou: “Estou apontando o dedo para uma pessoa, tem três apontados para mim.”

Gleisi e o marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) após a investigação policial concluir que os dois receberam R\$ 1 milhão de propina de contratos firmados entre empreiteiras e a Petrobrás. Eles negam irregularidades.

Nasessão de ontem, Renan disse ter atuado para “desfazer” o indiciamento da PF de Gleisi. As declarações geraram confusão.

Ontem à tarde, Gleisi ligou para o presidente do Senado para tentar desfazer o mal-estar entre os dois após o embate no plenário, mas ele não atendeu o telefone. A petista diz ter deixado um recado para o peemedebista. Renan, por sua vez, afirma que não viu a ligação. “Se bem conheço, estou muito mais chateado do que ela”, afirmou o presidente do Senado.

Contenção de danos. Desde o embate, o peemedebista montou com assessores uma ação de contenção de danos. Primeiro, foi divulgado uma nota pública explicando os motivos da ação da Mesa Diretora do Senado. Depois, assessores de Renan entregaram pessoalmente a jornalistas uma pasta com documentos referentes ao episódio. Posteriormente, Renan conversou com repórteres no cafezinho e no plenário e deu entrevistas. “Eu morro de arrependimento quando isso acontece”, disse Renan. Ele repetiu várias vezes nas conversas ser vítima de “ingratidão” dos petistas e, em tom de brincadeira, disse que deveria haver o aumento de pena para esse “crime”. “Não sou o protagonista, mas ficam me puxando para o centro deste processo”, avaliou./

ANDREZA MATAIS, DANIEL CARVALHO, FÁBIO FABRINI, IGOR GADELHA e RICARDO BRITO

● 'dedo'

“O Senado não tem moral para julgar a presidente Dilma. Uma parte grande dos senadores está respondendo a processo, inclusive eu.”

“Estou apontando o dedo para uma pessoa, tem três apontados para mim.”

Gleisi Hoffman

SENADORA (PT-PR)

O ESTADO DE S. PAULO

RUBENS GLEZER

ESTADÃO FGV DIREITO SP

O Supremo sem moral?

27 AGO 2016

O Supremo Tribunal Federal está sob suspeita. Mesmo que não tenha sido objeto de suspeitas robustas ou bem fundadas, a reputação do STF passa por um processo paulatino de erosão. Como esse processo ainda parece estar longe do final, fica a dúvida do quanto o tribunal é capaz de resistir, antes que sua reputação colapse.

Um primeiro golpe foi desferido em novembro de 2015 quando foi vazado o áudio de conversa em que o senador cassado Delcídio Amaral menciona sua relação com quatro ministros do STF para indicar que conseguiria um favorecimento a Nestor Cerveró. Depois veio a público o do então ministro Aloizio Mercadante e, depois disso, o do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, insinuando a possibilidade de interferência no Supremo para barrar a Lava Jato.

Após tantos incidentes é que se chega ao contexto atual, em que um ministro do STF é citado na tentativa de acordo de delação premiada de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS. Dias depois, o presidente do Senado, Renan Calheiros, vocaliza, durante o julgamento de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff, que teria intercedido no STF para auxiliar a situação jurídica da senadora petista Gleisi Hoffmann e de seu marido perante o tribunal.

Por mais que nenhum dos áudios, documentos ou falas tenham dado evidências de corrupção de ministros do Supremo, o desenvolvimento dessa suspeita é suficiente para enfraquecer o capital político que o STF precisa para tomar decisões que afrontem interesses de agentes relevantes e poderosos. Nesse sentido, essa reputação é necessária até mesmo para o desenvolvimento da Operação Lava Jato nessa esfera.

Porém, a culpa desses incidentes é dos próprios ministros do STF que – assim como o restante do Poder Judiciário – resistem à implementação de mecanismos de controle e transparência. A suspeita de tráfico de influência seria fortemente mitigada com agendas públicas e detalhadas. Nesse mesmo sentido faria bem ao tribunal que houvesse um parâmetro claro para a ordem e preferência de julgamento de processos. Afinal, ninguém sabe por que alguns processos são esquecidos enquanto outros são rapidamente julgados. Não há acesso sequer a saber como opera o mecanismo que distribui processos recém-chegados ao Supremo.

Se os ministros do STF desejam se proteger de escândalos, precisam implementar rapidamente uma agenda de transparência e controle popular. Como diz o ditado, não basta ser, é preciso também parecer.

27 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Barroso critica 'reações' às investigações

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, voltou ontem a criticar ontem "reações" à Lava Jato, que "incluem ataques ao Ministério Público, tentativas de reverter a jurisprudência do STF sobre a execução de condenações após o segundo grau, articulações para preservar mandatos maculados e mudanças legislativas que façam tudo ficar tão parecido quanto possível com o que sempre foi".

O alerta de Barroso ocorre três dias após o ministro Gilmar Mendes, seu colega na Corte, atacar investigadores, atribuindo à Procuradoria vazamento de suposto trecho da delação do empreiteiro OAS, Léo Pinheiro, que citaria o ministro Dias Toffoli, do STF.

"O país precisa de uma sociedade mobilizada e de um Judiciário independente, capazes de continuar a promover uma virada histórica na ética pública e na ética privada. Tudo dentro do quadro da legalidade democrática e do respeito aos direitos fundamentais. Já nos perdemos pelo caminho outras vezes. Precisamos acertar agora", afirmou Barroso.

Na terça-feira, em entrevista ao **Estado**, Gilmar disse que "é preciso colocar freios" na atuação dos procuradores da República. Ele não citou nomes, mas se referiu diretamente a procuradores da Operação Lava Jato. "A autoridade se distingue do criminoso porque não comete crime, senão é criminoso também! Ai vira o Estado de Direito da barbárie. Que os procuradores calcem as sandálias da humildade. O cemitério está cheio desses heróis."

Ontem, porém, Gilmar disse ser favorável à Lava Jato, mas afirmou que, devido à experiência de tantos anos que tem, está "autorizado a fazer críticas".

"Não me ocupo disso, eu também elogio a Lava Jato, mas estou autorizado, devido a minha experiência de tantos anos, a fazer críticas", disse o ministro, em evento na Fundação Getúlio Vargas, no Rio.

Gilmar ponderou, porém, que a operação é importante, assim como outras que estão sendo realizadas. "A Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça têm a sua contribuição decisiva, mas isso não lhes dá (*aval*) para cometer abusos", afirmou.

O ministro acrescentou que jamais foi crítico da Lava Jato.

"Houve equívocos nas informações. Não sou contrário à Lava Jato. Tenho defendido o desenvolvimento dessas investigações", afirmou

SÔNIA RACY

Terceirizar em pauta

Luiz Fux acaba de remeter à pauta do STF seu parecer sobre um dos mais importantes processos trabalhistas dos últimos tempos: o da terceirização da mão de obra.

Não há no País – acreditem – uma legislação a respeito. Hoje o tema é regulamentado por norma do TST que, em linhas gerais, veda a terceirização de "atividade-fim".

O STF deve julgar a causa em uma das próximas sessões.

Terceirizar 2

Do que trata o recurso? Segundo o advogado **Maurício Pessoa**, é uma ação impetrada pela Celulose Nipo-Brasileira na qual se pede uma definição dos conceitos de atividade-fim e atividade-meio.

A propósito: está parado no Senado um projeto de lei a respeito da terceirização já aprovado na Câmara. **Temer** adiantou ser este um ponto central da reforma trabalhista.

Gilmar aciona a PF por mortes pré-eleitorais

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes pediu à Polícia Federal que investigue assassinatos de pré-candidatos às eleições de 2016. A corte registrou, em todo o País, mais de 20 casos – 13 só de pré-candidatos a vereador na Baixada Fluminense (RJ), nos últimos nove meses. Onze desses assassinatos teriam conotação política, suspeita a Polícia. Gilmar encaminhou um ofício ao ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, sobre os homicídios.

27 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

STJ julga válida comissão de corretagem paga pelo consumidor

No dia 24, a 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) analisou recurso e julgou legítima a cláusula contratual que transfere a responsabilidade pelo pagamento da comissão de corretagem ao comprador, no caso de imóveis na planta, desde que haja transparência na negociação. Em outras palavras, o adquirente do imóvel, ao fechar o negócio, deve ter ciência de que o valor pago inclui os honorários de corretagem.

A decisão põe fim a um longo embate que envolveu incorporadoras, imobiliárias, corretores de imóveis e consumidores que buscavam o ressarcimento desse pagamento na Justiça. O ministro relator, Paulo de Tarso Sanseverino, já havia promovido uma audiência

pública, em maio passado, para que entidades a favor e contra a cobrança pudessem defender seus pontos de vista. Na ocasião, o presidente do CRECISP, José Augusto Viana Neto, expôs seu posicionamento sobre o assunto, mostrando-se favorável à decisão agora reiterada pelo STJ.

“O CRECISP já havia se antecipado à decisão do STJ, com a edição da Portaria 5.107/2014, que pacificou a situação. A nossa Portaria é exatamente igual à decisão do Tribunal. A cobrança pode ser feita tanto do vendedor como do comprador, desde que ambos sejam previamente informados. A decisão do STJ, portanto, nos deixa bastante satisfeitos, haja vista que vai ao encontro de nossas expectativas.”

Viana também ressaltou a importância de o ministro Sanseverino ter destacado a necessidade de clareza na previsão contratual ao transferir o pagamento para o consumidor. “Até mesmo a publicidade do empreendimento deve conter a informação completa sobre o preço total da transação, já incluindo os honorários da corretagem, um trabalho que foi efetivamente prestado e que tem que ser remunerado.”

O relator Sanseverino explicou, ainda, que o prazo prescricional para ajuizamento de ações que questionem a abusividade nas cobranças é de três anos e que não serão admitidos novos recursos quando sustentarem posição contrária ao entendimento definido pelo Tribunal.

28 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Os imorais



O julgamento da presidente Dilma Rousseff já não tem a menor importância, em si, para os petistas que a defendem no Senado. Por se tratar de um processo essencialmente político, as favas já estão para lá de contadas. Portanto, os senadores do PT estão ali com o único objetivo de encenar a “paixão de Dilma”: diante das câmeras de documentaristas simpáticos à causa lulopetista, encarregados de registrar os estertores de Dilma na Presidência, esses histriões querem converter o julgamento em um dramalhão épico, numa tentativa de ditar a história deste triste período.

Pode-se imaginar que o roteiro cinematográfico do “martírio” de Dilma preveja como clímax a presença da presidente no Senado para se defender, amanhã. Consta que a petista trará uma comitiva de três dezenas de pessoas, entre as quais vários correligionários que foram seus ministros, que certamente se comportarão, diante das câmeras, como devotados apóstolos. E há ainda uma chance de ver Lula da Silva, a prima-dona da companhia, que planeja aparecer no Senado para testemunhar o calvário de sua criatura. Como Lula jamais será coadjuvante, em especial quando contracenar com a inexpressiva Dilma, pode-se deduzir que sua intenção seja roubar a cena – é ele, afinal, quem julga ter um legado e uma história a defender, ao passo que Dilma, todos sabem, é apenas um pedaço de sua costela.

Todos esses atores, portanto, estão a desempenhar o papel que não lhes cabe: o de vítimas. Como Lula e grande elenco jamais admitiram responsabilidade pelos grosseiros erros dos governos petistas, muito menos pela corrupção sistêmica que carcomeu o Congresso e a administração pública nos últimos dez anos, qualquer acusação de roubalheira ou de irresponsabilidade só pode ser interpretada como campanha anti-PT.

Se o documentário sobre o impeachment de Dilma fizer uso da técnica do *flashback*, poderá lembrar que, quando estourou o escândalo do mensalão, Lula tratou de negar tudo. Confrontado com evidências acachapantes do esquema de corrupção, Lula chegou a pedir desculpas ao País – para salvar a pele, como sempre, o chefão petista não titubeou em jogar vários de seus homens ao mar. Mais tarde, porém, diante do crescente desgaste de seu partido, Lula tratou de mudar o discurso mais uma vez, dizendo que o PT não era mais corrupto do que os outros partidos e que seus principais dirigentes estavam sendo alvo de processos graças a uma perseguição deliberada contra os petistas em geral. Tudo isso para salvar a pele dos corruptos de outros partidos e aniquilar o “governo popular” do PT.

É com esse script, reescrito para as circunstâncias, mas muito bem ensaiado, que os senadores petistas pretendem constranger o Congresso perante as câmeras. “Qual é a moral deste Senado para julgar a presidenta da República?”, perguntou a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), conspirando a Casa para a qual ela mesma foi eleita. O evidente desrespeito à democracia não passou despercebido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, que, na condição de presidente da sessão, admoestou a senadora quando ela insistiu, numa segunda ocasião, em colocar todos os senadores no mesmo saco da imoralidade petista. “Não vou admitir esse tipo de frase num julgamento como esse. Não volte a mencionar essa expressão”, disse Lewandowski. Mas Gleisi, que afinal não estava preocupada com nenhum julgamento, e sim com a construção da “narrativa” para a história, disse que “esta Casa conspirou contra a presidenta Dilma”.

Eis então que representantes do partido que protagonizou o mensalão e o petrolão, que tem três tesoureiros enrolados na Justiça, que teve vários

de seus principais dirigentes processados e presos e cujo grande líder, Lula, acaba de ser indiciado pela Polícia Federal sob a acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica julgam-se à vontade para questionar a moral dos demais parlamentares. Tudo tem um propósito claro: se todos são imorais, então ninguém é – e se apenas os petistas são condenados, então isso só pode ser “golpe”.

É muito bom que tudo isso esteja sendo registrado em filme – que servirá como precioso documento da incansável vocação dos petistas para fraudar a realidade.

28 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Mais um tiro no pé

Na reta final do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, os petistas não se cansam de dar tiros no pé. Um deles foi a decisão de recorrer à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), com o objetivo de obter uma decisão daquele órgão que suspenda o julgamento de Dilma – como se a comissão tivesse esse poder. É evidente que os correligionários da presidente têm todo o direito de recorrer a quem bem entenderem – até o papa Francisco já foi mencionado como simpatizante da causa nos inflamados discursos da tigrada contra o “golpe”. Mas, ao provocar aquela comissão de direitos humanos unicamente para criar constrangimento internacional ao governo do presidente em exercício Michel Temer, os petistas, de forma involuntária, colaboraram para que fossem produzidos, pelo Congresso Nacional, dois documentos oficiais que atestam a total lisura do processo contra Dilma.

Com esses documentos, elaborados pelo corpo técnico da instituição mais representativa da vontade dos eleitores brasileiros, toda a gritaria a respeito do tal “golpe” perde o já ralo sentido que tinha, restando evidente que não passa de esperneio daqueles que não se conformam com a democracia quando esta, por meio de seus instrumentos legais, os defenes-

tra do poder.

No dia 10 passado, deputados petistas anunciaram ter entrado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos com uma representação para denunciar a violação de direitos e garantias de Dilma. A presidente, segundo a denúncia, está sofrendo discriminação política por parte do Estado, não teve amplo direito à defesa e foi vítima de vingança do deputado Eduardo Cunha, que, na condição de presidente da Câmara, deu prosseguimento à tramitação do processo. Além disso, os senadores, aos quais cabe dar a palavra final no julgamento, não seriam “imparciais”, porque estão sujeitos a pressões políticas.

Esse recurso levou a comissão da OEA a pedir informações ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro, especialmente “como teria sido garantido o devido processo legal nos procedimentos mencionados” e se há “recursos judiciais pendentes”. O Ministério repassou o pedido da comissão ao Congresso, que é a instituição responsável, do começo ao fim, pelo processo de impeachment – com a supervisão do Supremo Tribunal Federal.

A Câmara foi a primeira a encaminhar sua resposta, no dia 22 passado. O relatório, assinado pelo presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ), diz que a reclamação petista é “improcedente, descabida e sem nenhum fundamento constitucional, legal e jurisprudencial”. “Em síntese, não houve nenhuma viola-

ção ao texto Constitucional e a lei que rege a matéria. E, em consequência, assegurou-se a mais ampla defesa, com todos os recursos dela decorrentes, incluindo várias ações impetradas perante o Supremo Tribunal Federal. Ademais, o rito seguido foi dando rigoroso cumprimento às normas constitucionais e legais e mais ainda àquele definido pelo próprio Supremo Tribunal Federal.”

Ainda no dia 22, foi a vez do Senado se manifestar. Assinado pelo advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, em trabalho feito pelo Núcleo de Assessoramento e Estudos Técnicos, o relatório esgota a questão, ao informar todos os passos do processo desde que chegou à Câmara Alta. “Foram observados os preceitos constitucionais, legais e regimentais que norteiam o processo de impedimento, não havendo que se falar em qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade nos atos praticados pelo Senado Federal, no uso de sua competência assegurada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, por intermédio dos senadores regularmente eleitos pelo povo”, conclui o texto.

Com isso, a Câmara e o Senado colocam no papel, na forma de documento, o atestado definitivo de que, malgrado a profundidade da crise que o País enfrenta, as instituições funcionam conforme a lei – e aqueles que ainda falam em “golpe” nada mais fazem do que ofender essas instituições e, portanto, a própria democracia.

28 AGO 2016

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

A lei da intenção

Nelson Jobim decidiu entrar no debate sobre o projeto das “Dez Medidas contra a Corrupção”, cujo texto, diz ele, está recheado de “perplexidades”. Uma delas: a tese, defendida pelos promotores, segundo a qual uma prova ilícita vale desde que obtida de boa-fé.

O projeto, ressalta o ex-ministro – que comandou a Justiça no governo FHC e presidiu o STF entre 2004 e 2006 – considera legítima a prova obtida pela acusação “com o propósito de refutar álibi e fazer contraprova de fato inverídico”. Ou ainda quando pretende demonstrar “a falsidade de uma prova produzida pela defesa”.

Sua conclusão: no texto, a intenção afasta a ilegalidade. “Basta ter a autoridade o mero ‘propósito’ para que possa desenvolver atos ilegítimos!”

26 AGO 2016

CARTA CAPITAL

TUCANOS NO ALVO

A LAVA JATO APONTA PARA O PSDB,
GILMAR MENDES ATACA A INVESTIGAÇÃO. E TEMER
AINDA TENTA VENDER UM PATÉTICO OTIMISMO...



26 AGO 2016

CARTA CAPITAL

SUPREMO GUARDA-COSTAS

AS DELAÇÕES DE OAS E ODEBRECHT MIRAM EM SERRA E AÉCIO. GILMAR MENDES SAI EM SOCORRO DOS TUCANOS PARA ACERTAR JANOT, MORO E A FORÇA-TAREFA. E TEMER TEM O DESTEMOR DE ACENAR COM A IMPOSSÍVEL RETOMADA DA ECONOMIA...

por ANDRÉ BARROCAL

As águas de março fechavam o verão quando a Trattoria do Rosário, no Lago Sul de Brasília, abriu as portas a nobres comensais no almoço da quarta-feira 16 daquele mês: José Serra, senador pelo PSDB, Arminio Fraga, economista tucano, e Gilmar Mendes, togado emplumado. Um convescote inesquecível na trama do *impeachment*. Quarenta e oito horas depois, Mendes barrou com uma liminar a nomeação do ex-presidente Lula para a Casa Civil, um tiro nos planos de salvar Dilma Rousseff. Três dias mais tarde, Serra surgia em um jornal a pregar que não houvesse uma caça às bruxas no pós-Dilma, presumível referência ao avanço da Operação Lava

Jato, enquanto Fraga aparecia em outro, a profetizar alvíssaras na economia em caso de troca de governo.

Passados cinco meses do histórico almoço, com o julgamento de Dilma perto do fim no Senado e o governo Michel Temer a ensaiar um pouco convincente otimismo econômico, Mendes resolveu sair em defesa das bruxas, as mesmas que Serra queria proteger. Em um comportamento inédito desde o início da Lava Jato em 2014, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) distribuiu petardos na Força-Tarefa, no juiz Sergio Moro e no procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Defendeu a ideia de até “colocar freios” nos investigadores.

Suas intenções? “É lamentável que um ministro do STF, em período de grave crise no País, milite contra as investigações da Operação Lava Jato, com a

No encontro histórico de 16 de março passado, a caminho do golpe, Gilmar Mendes, em companhia de Arminio Fraga e José Serra, já exibiu sua vocação tucana

CONTINUA

26 AGO 2016

CARTA CAPITAL

CONTINUAÇÃO

intenção de decretar o seu fim”, disse em nota na quarta-feira 24 o presidente da Associação Nacional dos Magistrados, João Ricardo Costa. Um texto cheio de canceladas em Mendes, ao insinuar que ele pratica prejulgamento em processos, possui preferências partidárias e recebe remuneração indevida além daquela obtida como juiz.

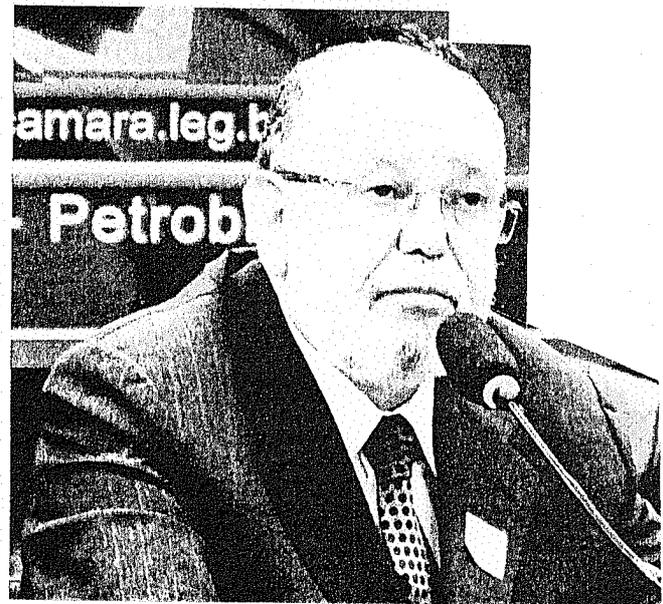
A insurgência do magistrado de Diamantino contra a Lava Jato após tanto tempo de sintonia não surpreende. Coincide com a aproximação das investigações na direção do ninho tucano, graças à negociação de delações premiadas de executivos de duas das mais enroladas empreiteiras, a OAS e a Odebrecht.

Serra, chanceler de Temer, será implicado por ambas, conforme o noticiário. Da OAS teria recebido dinheiro ilegal por meio de um intermediário quando governava São Paulo, de 2007 a 2010. Da Odebrecht teriam sido 23 milhões de reais, em depósitos no exterior, para sua campanha presidencial de 2010. Já o senador Aécio Neves, presidente do PSDB, teria levado propina da OAS na construção de uma nova sede do governo mineiro quando comandava o estado, de 2003 a 2010. A obra custou cerca de 1 bilhão de reais, a parte da OAS era de uns 100 milhões e, desse montante, 3% teriam ido para Aécio.

O mineiro é exemplar de como Mendes age diante de um tucano embaraçado. Com base na delação do senador casado Delcídio do Amaral, Janot pediu ao STF, em maio, a abertura de duas investigações contra Aécio. Uma sobre um esquema de corrupção em Furnas, estatal de Minas. Outra para apurar se, quando governador, Aécio maquiara dados enviados por um banco local à CPI dos Correios, chamado em 2005 a investigar o “mensalão” petista. Os pedidos caíram nas mãos de Mendes. Ele ouviu preliminarmente



Mendes esbanja a palavra “cretinos” para definir os autores da Lava Jato, habilitada a recolher a delação premiada de Léo Pinheiro.



a defesa do senador – chegou a recebê-lo em seu gabinete –, entendeu não haver fato novo a justificar apurações, negou os pedidos, inclusive de coleta de provas, e devolveu a papelada a Janot. O procurador-geral insistiu, e aí não teve jeito. Inquéritos instaurados em junho.

O magistrado partiu para cima da Lava Jato após ser noticiado que seu colega de STF Dias Toffoli, de quem Mendes se tornou uma espécie de mestre e tutor, estaria implicado na delação do ex-presidente da OAS José Aldemário Pinheiro, o Léo

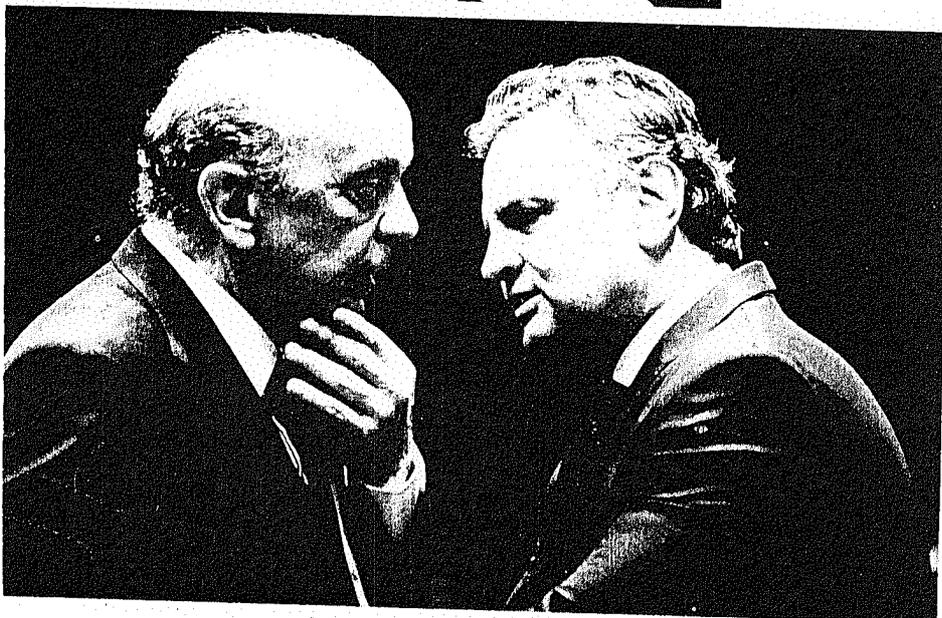
Pinheiro. O executivo foi condenado em agosto do ano passado a 16 anos de cadeia por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Recorreu da decisão ao Tribunal Regional Federal, que já deu mostras de querer aumentar a pena em dez anos, enquanto negocia uma delação premiada para abrandar a punição.

Nas negociações que se arrastam há seis meses, Pinheiro teria contado a história de uma reforma na casa de Toffoli. Pinheiro teria indicado técnicos para vistorias e para a obra em si. O ministro teria pago,

CONTINUA



Janot não apreciou a fala de Gilmar, este improvisadamente indignado com o vazamento que envolve o colega Toffoli, enquanto se calou em relação a tantos outros. Mas Serra e Aécio são seus protegidos ao sabor da fé tuicana



porém, todos os custos. Nada de ilegal ou comprometedor, portanto, salvo uma pista de excesso de intimidade. Não se sabe ao certo a origem da informação, mas bastou para a fúria do magistrado de Diamantino.

Na terça 23, Mendes abriu o gabinete a jornalistas e deu declarações contundentes. Segundo ele, os investigadores sentem-se “onipotentes”, há exageros decorrentes do “incensamento da Lava Jato” e o País estaria a caminho de um Estado

**MORO JÁ TENTOU
EXPLICAR OS
VAZAMENTOS
SELETIVOS, AO FAZER
A COSTUMEIRA
E HIPÓCRITA
COMPARAÇÃO COM
A MANI PULITE**

“policialesco”. “Isso não vai prosseguir assim, agente tem instrumentos para se colocar freios. É preciso colocar freios nisso”, disse. “Por outro lado, estão muito avançados nas investigações. Eles dispõem de informações e têm a mídia como numa situação de dependência. A mídia está hoje em relação aos investigadores como um viciado em droga em relação ao fornecimento da substância entorpecente.”

O repasse de informações à mídia é uma tônica da República de Curitiba, consórcio formado por procuradores de Justiça, policiais federais e o juiz Sergio Moro. É assim desde a deflagração da Lava Jato, em 2014. A explicação para o *modus operandi* está em um artigo escrito por Moro em 2004, de análise da Operação Mãos Limpas, ocorrida na Itália nos anos 1990. Para o juiz, o “largo uso da imprensa” foi decisivo para os resultados alcançados por lá contra poderosos da política e do empresariado. E se não for possível condenar pessoas no Judiciário, o tribunal da mídia teria uma vantagem: “A opinião pública pode constituir um salutar substituto, tendo condições melhores de impor alguma espécie de punição a agentes públicos corruptos, condenando-os ao ostracismo”. Está claro que, em implacável sintonia com a ignorância nativa, Moro nada entendeu a respeito da *Mani Pulite*.

Em mais de dois anos de “largo uso da imprensa”, com petistas na berlinda sobretudo, Mendes jamais enfrentara a Lava Jato. Ao contrário. Quando não guardara silêncio de monge, tratara de reforçar o tribunal da mídia.

O ministro nada falou sobre o vazamento da informação de que o doleiro Alberto Youssef sustentava o conhecimento de todo o ocorrido na Petrobras por parte de Lula e Dilma, três dias antes da votação final na eleição de 2014. Também silenciou quando foi divulgado que a delação de Delcídio do Amaral acusava Dilma e Lula de tentar obstruir a Lava Jato, notícia

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

A juíza Eliana Calmon não acredita que a Odebrecht, "em 30 anos de intimidade com o poder," não tenha contado com a conivência do Judiciário

surgida dez dias antes de uma onda de protestos pelo *impeachment* em março passado. Três dias depois dos protestos, Moro divulgou grampos ilegais de um telefonema entre Dilma e Lula, e Mendes entrou no jogo. Para ele, o vazamento era "correto", e o importante era discutir o conteúdo, mesmo que pudesse haver questionamentos legais. Graças à escuta, Mendes barrou a ida de Lula para a Casa Civil.

Ao peitar a Lava Jato, Mendes não citou nomes, mas os destinatários eram evidentes: o procurador-geral Janot, o juiz Moro, a República de Curitiba. Moro recebeu uma cotovelada especial por defender um pacote de dez medidas anticorrupção levado pelo Ministério Público ao Congresso, em março. O pacote defende, entre outras coisas, a utilização de provas ilícitas, se obtidas de boa-fé. Coisa de "cretino", tascou Mendes.

Um aliado de Aécio também é um crítico do pacote e não faz segredo nos corredores da Câmara, onde tramitam as propostas. Presidente do PSDB mineiro, o deputado Domingos Sávio tem dito que seria "irresponsabilidade" aprovar o pacote sem mudar nada. Para ele, algumas medidas representam uma "inquisição", "uma volta à Idade Média com uma caça às bruxas irresponsável". Ele torce o nariz em particular a respeito da criminalização do enriquecimento ilícito e a exigência de teste de integridade para a contratação de servidores.

Janot não gostou dos impropérios de Mendes e reagiu. Suspendeu as negociações com Léo Pinheiro sobre a delação, embora nos bastidores diga-se que elas



vão prosseguir. E aproveitou um evento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na terça 23, para rebater a suspeita lançada indiretamente de ser autor do vazamento contra Toffoli, que na condição de ministro do STF só pode ser investigado pela Procuradoria-Geral. Segundo Janot, a informação sobre Toffoli não merece ser tratada como "vazamento", pois "não houve, nas negociações de colaboração dessa empreiteira (OAS), nenhuma referência, nenhum anexo, nenhum fato enviado ao Ministério Público que envolvesse essa alta autoridade do Judiciário".

Não se sabe ao certo como a informação sobre Toffoli e a OAS foi parar na mídia. Único ministro do STF, além de Mendes, a se pronunciar sobre o caso, Marco Aurélio Mello afirmou não conseguir "imaginar" que fosse coisa do MP e defendeu uma investigação a respeito.

Hipóteses explicativas não faltam.

Seria uma vingança da República de Curitiba? Há algumas semanas, Toffoli mandara soltar o petista Paulo Bernardo, preso em outro caso de corrupção. A decisão foi, na palavra de Mendes, "achincalhada" por um dos procuradores da Lava Jato, Carlos Fernando dos Santos Lima, em artigo na *Folha de S. Paulo* de 3 de julho, intitulado "Medalha de ouro para o *habeas corpus*". Vingança ou não, é bom a turma togada ficar alerta. Ex-corregedora nacional de Justiça, a juíza baiana Eliana Calmon acha que sem citar membros do Judiciário, uma delação da Odebrecht, de origem baiana, não será séria. "Não é possível que a Odebrecht levasse 30 anos de intimidade com o poder público, com o governo, sem a conivência do Judiciário", diz.

De volta às hipóteses para a notícia sobre Toffoli. Haveria uma guerra entre OAS e Odebrecht pelo coração dos homens da

CONTINUA

Lava Jato? Santos Lima disse, recentemente, só ver “espaço para mais uma” delação, isto é, não daria para contemplar ambas as empreiteiras. Se alguma delação for enterrada, a outra empresa ganha. Haveria algum mercado de delações com fins escusos? No ano passado, a Lava Jato encontrou na casa do banqueiro André Esteves, preso juntamente com Delcídio do Amaral, a cópia de uma delação até então sigilosa, fato registrado por Janot como “genuíno mistério” em despacho ao STF.

Seria uma tentativa de resolver uma disputa interna da Lava Jato e garantir o uso na delação das superficiais informações anti-Toffoli? É uma das hipóteses de Janot, como ele mostrou no evento do CNMP. “Trata-se de um quase estelionato delacional em que se inventa um fato, se divulga o fato para que haja pressão ao Ministério Público para aceitar, desta ou daquela maneira, eventual acordo de colaboração.” Ou seria um esforço puro e simples para enterrar as investigações, outra hipótese de Janot? “A Lava Jato, hoje, está incomodando tanto e a quem e por quê?”

Não é a primeira vez que Mendes, a partir de uma reportagem, ajuda a colocar uma investigação em risco. Já foi capaz até de implodir operações. Aconteceu na Operação Satiagraha, terror do banqueiro Daniel Dantas. Em agosto de 2008, noticiou-se que Mendes e o então senador Demóstenes Torres, cassado em 2012, tinham tido um telefonema gravado. A transcrição da conversa mostrava um diálogo banal, jamais surgiu o áudio do suposto grampo, mas o episódio serviu para Mendes chamar o então presidente Lula “às falas” e cobrar a cabeça do chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na ocasião, Paulo Lacerda, o qual teria dado cobertura à suposta arapongagem. Dantas fora preso em julho de 2008 por duas vezes, acusado de suborno e crimes financeiros, e em ambas



O PSDB DE GOIÁS É ALCANÇADO PELA OPERAÇÃO CONJUNTA DA PF E DO MPF. PRESIDENTE TUCANO NO ESTADO, AFRÊNI GONÇALVES LEITE VAI PRESO, E A AÇÃO REVERBERA NO GOVERNADOR MARCONI PERILLO



arrancara de Mendes um *habeas corpus*. A Satiagraha acabaria anulada pelo STF anos depois.

Curiosidade: a operação esbarrou em um secretário particular e motorista de José Serra, Luiz Paulo Alves Arcanjo. As investigações descobriram e-mails enviados por um antigo assessor de Dantas, Roberto Figueiredo do Amaral, para Arcanjo em 2001 e 2002 com mensagens ao hoje chanceler. O intermediário de Dantas pedia através de Arcanjo que Serra, ministro da Saúde naquela oportunidade, agisse dentro do governo para que fossem tomadas decisões de interesse do banqueiro. Arcanjo está até hoje com o tucano. Acaba de ser nomeado para um cargo de confiança do chanceler.

No dia seguinte aos golpes do homem de Diamantino na Lava Jato, outra figura ligada a Serra no passado despontou no horizonte. Uma ação conjunta da Polícia Federal e do Ministério Público Federal fez um estrago no PSDB em Goiás. Prendeu o presidente do partido no estado, Afrêni Gonçalves Leite, e o da Saneago, estatal de saneamento, José Taveira Rocha. A dupla participaria de um esquema a favorecer o governador Marconi Perillo, do PSDB. Perillo teria pago dívidas da campanha de reeleição de 2014 com dinheiro saído da Saneago, graças a fraudes em licitações. “É o mesmo sistema, guardadas as devidas proporções, da Lava Jato”, descreveu o procurador responsável pela Operação Decantação, cujas apurações começaram em 2015.

O procurador chama-se Mario Lúcio Avelar. Suas digitais estão em uma ação que certa vez tirou do caminho de Serra um adversário na luta pelo Palácio do Planalto. Em 2002, Avelar era procurador no Tocantins e atuou no caso Lumus, estaca fatal nos planos presidenciais da então governadora do Maranhão, Roseana Sarney. Foi ele quem pediu buscas em uma empresa da família de Roseana, a resultar na apreensão de 1,3 milhão de reais

CONTINUA

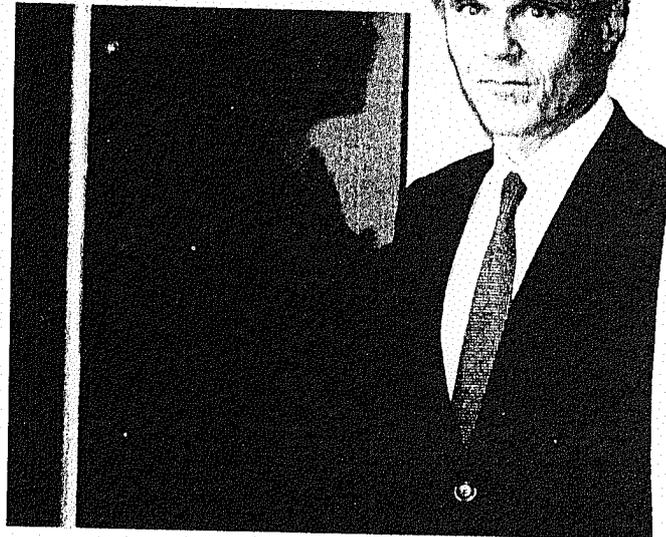
CONTINUAÇÃO

em dinheiro, uma imagem a correr o País pela tevê. Alvejado agora por Avelar, Perillo é um dos postulantes à candidatura presidencial tucana em 2018. Prenúncio de guerra no ninho pela candidatura à Presidência.

Tucanismos à parte, Mendes já havia chamado Janot recentemente “às falas” na Lava Jato, mas aí por causa do PMDB. Foi no fim de maio, quando o procurador-geral pediu a prisão dos senadores Renan Calheiros, presidente do Senado, e Romero Jucá, presidente do PMDB, e do ex-presidente José Sarney. Para Janot, os peemedebistas conspiraram contra as investigações, através do *impeachment*, como se percebe nas conversas do trio como ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, por este gravadas. O pedido corria em sigilo no STF, ao virar notícia. Mendes disse que esse tipo de vazamento era “abuso de autoridade” e que “os responsáveis têm de ser chamados às falas”.

Como agora, Janot aproveitou um evento do MP para responder. Em um encontro com procuradores atuantes na Justiça Eleitoral, negou “peremptoriamente” estar por trás do vazamento. “Envidarei todos os esforços que estiverem ao meu alcance para descobrir e punir quem cometeu esse crime. Como hipótese investigativa inicial, vale a pergunta: a quem esse vazamento beneficiou? Ao Ministério Público não foi.” Em julgamento em 14 de junho, o STF rejeitou as prisões.

Primero peemedebista a assumir o poder desde os anos 1980, Temer convidou Mendes para um evento no Planalto na quarta-feira 24, um dia após o ministro de novo chamar Janot “às falas”. É verdade que Temer tem flertado com o ministro do STF por receio de ser cassado no Tribunal Superior Eleitoral, Corte comandada por Mendes. Mas, pelos códigos políticos de Brasília, deixou a impressão



**FUNCIONA AGORA
O MESMO ESQUEMA
QUE ENTERROU
A SATIAGRAHA.
ENTÃO GILMAR TIROU
DANIEL DANTAS
DUAS VEZES
DA CADEIA
E CHAMOU LULA
ÀS FALAS**

de ter feito um gesto de apoio ao magistrado de Diamantino na neocruzada contra a Lava Jato.

Será que a Força-Tarefa vai contra-atacar? É a dúvida que fica. Pode ser só coincidência, mas já surgem rumores de que a República de Curitiba tem elementos capazes de ressuscitar a Operação Castelo de Areia, um escândalo de 2009 que atingia em cheio o PMDB de Temer.

É em um ambiente assim, para lá de bagunçado, que o governo se esforça para injetar otimismo no País. Após a medalha de ouro do Brasil no futebol olímpico, Temer foi ao Twitter dizer ser “hora de nos reerguermos com a grandeza do nosso país”, enquanto Serra apontava “mais um fator para melhorar a autoestima brasileira”. Diante da alta da produção industrial, da Bolsa e da confiança de consumidores e empresários, o Ministério da Fazenda subiu a previsão de crescimento do PIB de 2017 de 1,2% para 1,6%, e Henrique Meirelles demonstrava ânimo alevantado em passagem pela Câmara na quarta 24.

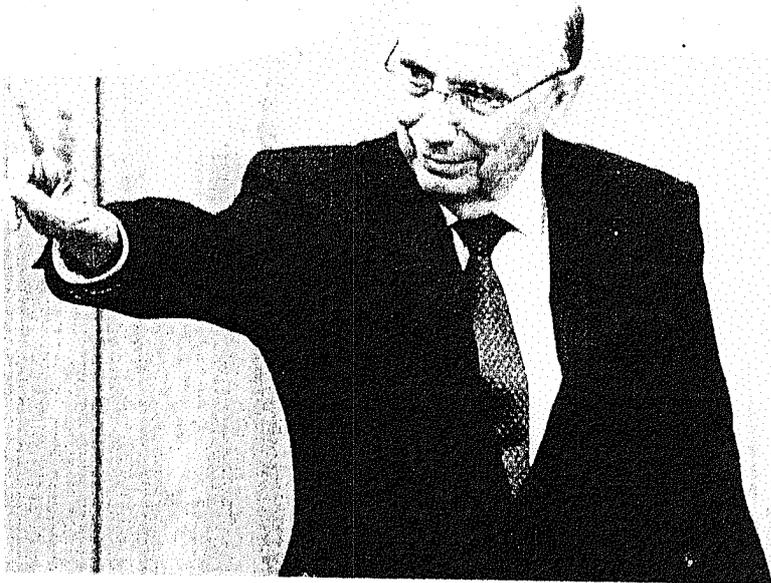
“Esse otimismo é essencialmente político. Muito mais uma operação de marketing do que realidade”, diz Julio Miragaya, presidente do Conselho Federal de Economia. “O único fato novo que temos é um presidente mais de acordo com o mercado financeiro.”

Desde a ascensão de Temer, o “mercado” dá retaguarda ao prenúncio de novos tempos, como Arminio Fraga antecipava, embora a demora no arrocho fiscal já cause certa irritação no setor. Uma atitude de torcedor, talvez. Em um artigo recente no jornal *Valor*, o economista

CONTINUA

CARTA CAPITAL 26 AGO 2016

CONTINUAÇÃO



Luiz Carlos Bresser-Pereira vai direto ao ponto logo no título: "O fundo do poço ainda está distante".

Mesmo no sistema financeiro, há quem veja à frente nuvens cinza, no lugar do arco-íris. É o caso de André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos, a calcular uma expansão do PIB no ano que vem de no máximo 0,5%. Para ele, não haverá grandes estímulos à atividade econômica. A renda cai e o desemprego sobe, fatores de contenção do consumo. O investimento por ora não receberá tantos aportes, por causa da ociosidade das fábricas, quer dizer, por um tempo é possível aumentar a produção sem tirar dinheiro do bolso ou do banco.

Dolado externo, a tendência de valorização do real afetará o saldo comercial, enquanto a liquidez internacional tende a preferir o porto seguro dos Estados Unidos assim que o Banco Central de lá iniciar a esperada elevação do juro. Além disso, acrescenta Perfeito, o ajuste fiscal prometido pelo governo não tem como ser atingido só com corte de despesas, corte que atrapalha o avanço do PIB ao retirar



recursos da praça. "Vai ser preciso aumentar imposto, o que sempre tem um efeito ruim para a economia", diz.

Motor da demanda doméstica, o mercado de trabalho tão cedo não se recupera, na avaliação de Clemente Ganz Lúcio, diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). No fim do primeiro semestre, a taxa de desemprego medida pelo IBGE estava em 11,3%, ou 7 pontos percentuais acima da registrada um ano antes. De um

Meirelles conduz sua patética operação de marketing ao defender a recuperação da economia, enquanto Julio Miragaya destrói seus argumentos. "Esse otimismo é essencialmente político".

período a outro, foram demitidos 3,5 milhões de pessoas. Em julho, foram fechados 94 mil postos de trabalho com carteira assinada. A renda média dos trabalhadores caiu 1,3% este ano, mesma trajetória da massa salarial. "Não há nada que indique uma situação positiva em 2016 e 2017", afirma Lúcio.

Durante um almoço na Câmara de Comércio França-Brasil realizado em São Paulo em meados de agosto, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, também se mostrou cético com a situação brasileira e com a última previsão de incremento do PIB no ano que vem. Para ele, já estará de bom tamanho se a economia acelerar algo em torno de 1%, e o momento é de aguardar medidas efetivas de Brasília. A ociosidade registrada pela CNI este ano atinge níveis recordes, 36% na última medição.

Não é a única trava aos investimentos tidos pela Fazenda como carro-chefe da economia em 2017. O empresariado nunca esteve tão endividado, segundo um estudo recém-concluído do economista Felipe Rezende, professor da Hobart e William Smith Colleges, nos EUA. Em um debate no Senado há duas semanas, ele citou uma crise de solvência do setor privado já a se espalhar pelo sistema financeiro. As empresas, segundo Rezende, não teriam mais onde cortar para arrumar os balanços. "Daí a necessidade de o setor público ter uma política anticíclica, para justamente compensar essa queda dos gastos privados." O que não vai acontecer com Temer, Meirelles e companhia.

O *impeachment* está quase no fim. As incertezas que cercam o País, não. •

26 AGO 2016

CARTA CAPITAL

Hipocrisia/ Ética de fachada

Celina Leão, da Câmara do Distrito Federal, é investigada por desviar dinheiro destinado a serviços de UTI

Cai a máscara de mais um grupo de entusiastas do *impeachment* de Dilma Rousseff. Na terça-feira 23, a Polícia Civil cumpriu dezenas de mandados de busca e apreensão na Câmara Legislativa do Distrito Federal para apurar a participação de deputados em um esquema de desvio de recursos de emendas parlamentares.

O alvo principal da operação é a agora ex-presidenta da Casa Celina Leão, famosa por tirar fotos com Sergio Moro e Michel Temer e carregar pixulecos e cartazes contra Dilma em sessões parlamentares. Além de Celina, são investigados os deputados Raimundo Ribeiro, do PPS, Júlio Cesar, do PRB, Bispo Renato Andrade, do PR, e Cristiano Araújo, do PSD.

A denúncia partiu da deputada Liliane Roriz, do PTB. A parlamentar gravou conversas com Celina, que falou sobre a



Ela não perde uma selfie com seus heróis Temer e Moro

mudança de finalidade de uma emenda parlamentar de 30 milhões de reais originalmente destinada ao pagamento de empresas prestadoras de serviços de UTI. Segundo Liliane, parte dos recursos foi repassada a deputados.

Celina afirma que os áudios são uma retaliação do governo pelo fato de a CPI da Saúde investigar a relação do governador Rodrigo Rollemberg com um suposto esquema de propina.

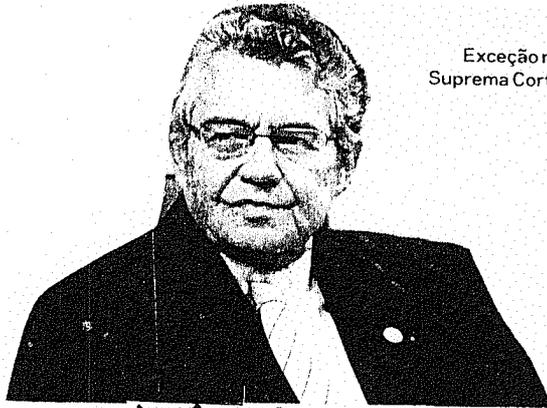


Moro, amigo do casal Cunha

Sergio Moro tem reservado a Cláudia Cruz, esposa do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, do PMDB, um tratamento distinto ao do empregado em relação a investigados capazes de incriminar petistas. Após afirmar que não tinha como intimar Cláudia por não saber qual era seu endereço, o juiz federal responsável pela Operação Lava Jato contrariou uma recomendação do Ministério Público e autorizou na quarta-feira 24 a devolução do passaporte da mulher de Cunha. Ela responde pelos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

26 AGO 2016

CARTA CAPITAL



Exceção na
Suprema Corte

Instância final

A reta definitiva da decisão do *impeachment*, contra ou a favor, da presidenta Dilma vai se dar no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) e não no Senado.

Recentemente, cercado por repórteres, o ministro Marco Aurélio Mello sinalizou: “Embora haja fato político suficiente ao entendimento, pode haver questionamento para demonstrar que não há fato jurídico”.

“Se não houver um fato jurídico que respalde o processo de impedimento, esse processo não se enquadra num figurino legal.”

Sem isso tudo, transparecerá como golpe. Marco Aurélio levantou uma dúvida.

“Por que insistem em inviabilizar a governança pátria? Nós não sabemos.”

Usufrutuários de imóveis não fazem jus ao recebimento de auxílio-moradia

A 2ª Turma do TRF da 1ª Região negou provimento à apelação de uma servidora pública contra a sentença da 17ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal que julgou improcedente o pedido de nulidade do ato administrativo que determinava o cancelamento do pagamento de auxílio-moradia e a devolução dos valores recebidos pela autora a este título.

Consta nos autos que a requerente foi removida

da sede da Procuradoria da Justiça Militar em Recife/PE para outra em Curitiba/PR, tornando-se usufrutuária vitalícia de um imóvel naquela cidade. A propriedade do imóvel passaria a ser dos filhos mediante doação da própria mãe. Um posterior ato administrativo que a excluía do direito ao auxílio-moradia fez com que a demandante ajuizasse ação. Insatisfeita com a decisão de improcedência

Para fins de penhora, cotas de investimento variável não equivalem a dinheiro em espécie

Em julgamento sob o rito de repetitivos, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que cotas em fundos de investimento não equivalem a dinheiro em espécie, para fins de penhora em ação de execução contra instituição financeira. O entendimento ementado pelos ministros diz que “a cota de fundo de investimento não se subsume à ordem de preferência legal disposta no inciso I do artigo 655 do CPC/73 (ou no inciso I do artigo 835 do novo Código de Processo Civil)”.

No caso analisado, um correntista ingressou com ação contra o banco HSBC (antigo Bamerindus) para cobrar expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos da década de 80. Após o trânsito em julgado da ação, reconhecendo o direito do cliente, o banco ofereceu à penhora cotas de

fundos de investimento.

O cliente se recusou a receber os valores em cotas e alegou que teria prejuízo caso recebesse dessa forma. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) determinou o depósito em espécie.

Para o HSBC, o depósito em dinheiro causa prejuízo à instituição financeira, que teria que retirar fundos de uma aplicação para efetuar o depósito da quantia em discussão judicial. O banco argumentou que a penhora em cotas tem o mesmo valor que o depósito em dinheiro. A instituição financeira buscou no STJ reverter a decisão do tribunal paulista.

Para o ministro relator do recurso, Marco Aurélio Bellizze, não é possível equiparar cotas de investimento a dinheiro em espécie. Bellizze explica que há riscos envolvidos nos investimentos, que constituem rendas variáveis.

TRF-4 mantém liminar, e bens de Cunha seguem indisponíveis

Os bens do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) continuarão indisponíveis. Nesta quarta-feira (24/8), o Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve liminar obtida pelo Ministério Público Federal, em ação de improbidade administrativa movida contra o ex-presidente da Câmara dos Deputados. A ação, de caráter cível, tramita paralelamente às ações penais da operação “lava jato”. A defesa de Cunha ajuizou recurso no tribunal buscando suspender a liminar proferida em 14 de junho pela 6ª Vara Federal de Curitiba. Os advogados alegam que não existem elementos concretos que indiquem enriquecimento ilícito por parte do deputado em decorrência do exercício do mandato, nem indícios de vinculação com o esquema de corrupção da Petrobras ou provas de que a origem dos valores retidos seja ilícita. A defesa sustentou ainda que o foro competente seria o do Distrito Federal.

Em sua decisão, Pereira listou diversas transações bancárias com transferência de valores provenientes da exploração da plataforma da Petrobras de Benin (África) para o trust (fusão de empresas que administram recursos de terceiros) Triumph, que tem Cunha por instituidor e beneficiário. O desembargador apontou que, em maio de 2007, a conta da Triumph tinha 3,5 milhões de dólares de origem desconhecida.

“Tenho por evidenciados os requisitos para a decretação da medida acautelatória, pelo que deve ser mantida a indisponibilidade dos bens, independentemente de já ter sido determinado o bloqueio de valores no exterior, por meio de cooperação internacional”, decidiu o desembargador.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

União terá de indenizar mulher que ficou paraplégica após vacinação contra gripe

A União terá de indenizar em R\$ 100 mil uma mulher que ficou paraplégica após tomar vacina contra a gripe influenza. A decisão foi tomada pela 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça nessa terça-feira (23/8).

O caso aconteceu em 2008, durante a campanha de imunização do Ministério da Saúde. Após receber a dose, a mulher começou a sentir dificuldades motoras, o que culminou com a impossibilidade de locomoção e o diagnóstico da síndrome de Guillain-Barré. Pelos danos sofridos, ela pediu a condenação da União por

danos morais e materiais no valor total de R\$ 680 mil, além de pensão vitalícia.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região estabeleceu indenização de R\$ 50 mil por danos morais e materiais, mas negou o pedido de pensão vitalícia. No STJ, o relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, votou para que a compensação fosse fixada em R\$ 100 mil e para que a pensão vitalícia fosse concedida, assim como a indenização por danos materiais. O voto do relator foi acompanhado pela maioria dos ministros do colegiado.

É nula cláusula de arrendamento rural que fixa preço em quantidade de produtos

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) possui decisões que consideram nula cláusula contratual que fixa o preço do arrendamento rural em produtos agrícolas ou o equivalente a eles em dinheiro. Todavia, a corte entende que a nulidade não impede a proposição de ação de cobrança. Nessas hipóteses, o valor devido deve ser apurado por arbitramento, durante a fase de liquidação da sentença.

Em uma das ações que discutiu o tema, um agricultor firmou contrato de arrendamento rural com administradora de massa insolvente (patrimônio destinado à satisfação

dos créditos dos credores) e ajustou como pagamento um total de 1.060 sacas de soja.

De acordo com a administradora da massa, o agricultor teria ocupado a área arrendada durante dois anos, mas não realizou o pagamento acordado. Dessa forma, ela ingressou com ação monitória para cobrança dos valores.

Contra a cobrança, o trabalhador rural alegou que o contrato de arrendamento rural não poderia ter sido utilizado como prova escrita, pois o pagamento foi ajustado em quantidade de produtos agrícolas, o que seria proibido pelo Decreto 59.566/66.

29 AGO 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

União não pode impedir estado de ter dados sobre transgênicos

O governo federal não pode manter em sigilo documentos sobre o uso de organismos geneticamente modificados sem origem certificada, pois a Lei de Acesso à Informação determinou como regra geral a publicidade, garantindo a cultura da transparência na administração pública. Assim entendeu o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, ao determinar que a União forneça ao Paraná documentos firmados com os produtores rurais do estado re-

ferentes à safra de 2004.

O Paraná disse que o ministério da Agricultura não entregou cópias dos termos de compromisso, responsabilidade e ajustamento de conduta firmados por produtores rurais que pretendem plantar e comercializar soja da safra 2004, sem certificação de origem em seu território.

A Advocacia-Geral da União tentou justificar a medida, apontando "direito de privacidade dos empresários rurais". Segundo a defesa, os projetos pessoais

já são monitorados pelo poder de polícia da União, e o estado não teria interesse administrativo legítimo para acessar os documentos.

Segundo o relator, porém, a preocupação do estado tem fundamento, tendo em vista as inúmeras manifestações de parte da sociedade civil organizada, entre elas grupos de estudiosos, pesquisadores e profissionais da área de saúde que condenam o consumo de alimentos derivados de transgênicos.

Pais pobres não podem ser multados porque filho falta à escola

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente fixe multa aos pais quando jovens param de ir à escola, a condição humilde da família pode afastar essa sanção, se comprovado que a penalidade prejudicaria os próprios envolvidos. Assim entendeu a 4ª Turma do Superior Tribunal

de Justiça ao rejeitar aplicação de multa a pais que deixaram de adotar medidas para que seu filho voltasse a frequentar as aulas.

No julgamento de primeira instância, eles foram condenados a pagar três salários mínimos. Já o Tribunal de Justiça do

Rio de Janeiro afastou a medida e determinou que os pais fossem encaminhados para tratamento psicológico e programas de orientação, além de manter trecho da sentença determinando que o menor de idade fosse matriculado na rede municipal de ensino.

Condenados a prestar serviços poderão organizar ações do TRF-3

Um convênio entre o Tribunal Regional Federal da 3ª Região e o governo estadual planeja criar postos de trabalho para quem foi condenado a penas de prestação de serviços à comunidade, em 53 subseções judiciárias e 65 municípios paulistas. Essas pessoas poderão ser escaladas para organizar processos, materiais e remessa de malotes, além de

cuidar da manutenção de instalações físicas.

As penas restritivas de direito, conhecidas como "penas e medidas alternativas", são destinadas a infratores cujos crimes são considerados de baixo potencial ofensivo. Assim, podem cumprir pena alternativa em vez de ficarem atrás das grades.

As atividades serão distribuídas

de acordo com o perfil de cada apenado, segundo a presidente do TRF-3, Cecília Marcondes, que assinou termo na quarta-feira (24/8) com o governador Geraldo Alckmin (PSDB). A princípio, o convênio tem validade de 60 meses.

Alckmin estima que, enquanto o custo de um preso encarcerado é de R\$ 1.450, o cumprimento de pena alternativa custa ao estado R\$ 26.

O impeachment e as abstrações do Direito

O impeachment ilustra bem o duplo processo de abstração da prática jurídica. Esse processo consiste, primeiro, em não lidar com pessoas concretas e problemas reais, mas com a configuração jurídica dessas pessoas e de suas condutas. O direito não se preocupa com pessoas de verdade, mas com qualificações (alimentando, contribuinte) e com significados normativos (trabalhista, criminal) de condutas (furto, inadimplemento). Essa "astúcia da razão dogmática" (Ferraz Jr.) elimina o problema de enfrentar as angústias da realidade. Alivia o profissional enquanto desumaniza o direito. Segundo, a prática jurídica é um jogo linguístico e simbólico submetido às regras que podem ser quebradas, reinterpretadas e redimensionadas no decorrer do próprio jogo, desde que isso seja feito dentro dos

limites flexíveis de racionalidade argumentativa aceitos pela comunidade jurídica. Isso elimina, na aparência, os motivos reais das alegações e das decisões: elas se justificam se sustentadas em argumentos juridicamente aceitáveis, independentemente da sinceridade com que os argumentos são lançados ou dos motivos dos "operadores" do direito.

A arte e técnica de manejar essa prática fazem o profissional de sucesso. Mesmo hábil, porém, o jurista é levado por essa trama a agir contra suas convicções. O jurista faz o direito e o direito faz o jurista. Isso confunde e agride o senso de justiça, distanciando direito, justiça e cidadania.

O impeachment é curioso. Como, no duplo processo de abstração, não interessa a realidade concreta, mas sua qualificação jurídica e como essa qualificação é manipulada conforme cânones jurídicos, argumentos como "é incompetente", "enterrou o país na crise", "não sabe dialogar", de um lado, ou "é honesta", "não tem conta na Suíça", "é vítima das elites", de outro lado, presentes no discurso social do impeachment, são neutralizados no discurso jurídico.

A complexidade da vida é abstraída na figura do "crime de responsabilidade" e na subsunção das pedaladas e decretos conforme argumentos e institutos jurídicos. Esse jogo substitui a realidade político-socioeconômica subjacente, com todos seus interesses, preconceitos, vontades, ressentimentos etc. É como se ninguém quisesse o poder, ninguém fabricasse crises, ninguém quisesse derrotar o adversário; todos quisessem apenas averiguar se houve crime de responsabilidade e dizer, com razão, culpada ou inocente. O direito existe e opera nesse curioso e fantasioso mundo do "como se": conscientes ou não, todos se comportam como se não tivessem motivos e fossem exclusivamente racionais e objetivos, em vestes talares e, às vezes, perucas.

Pior: no impeachment, o julgamento não é feito por juristas, mas por políticos, misturando ao discurso jurídico os elementos que o direito aprendeu a esconder. O que normalmente ficaria velado aflora, o dever-ser confunde-se com o ser e todos ficamos ainda mais confusos.

André Folloni, Doutor em Direito, Professor do Mestrado e Doutorado em Direito da PUCPR

A complexidade da vida é abstraída na figura do "crime de responsabilidade" e na subsunção das pedaladas e decretos conforme argumentos e institutos jurídicos. Esse jogo substitui a realidade político-socioeconômica subjacente, com todos seus interesses, preconceitos, vontades, ressentimentos etc.

27 AGO 2016

IMPACTO PARANÁ

CESAR FRANCO NO BANCO DOS RÉUS!

Mais um fiel auxiliar do governo Jaime Lerner que, depois de muitos anos, entra pelo cano.

E agora sem mais recursos. Estripulias praticadas naqueles tempos em que o governo Lerner fazia e desfazia sem preocupação de que alguma irregularidade fosse observada, vão sendo, ainda, desvendadas, como neste caso que pegou no contra o pé o ex-diretor do Detran, Cesar Franco, hoje cuidando de uma empresa de promoção empresarial. Enquanto isso, o chefe maior daquele governo de tantos problemas judiciais, continua por aí sendo homenageado por aqueles que insistem em continuar cegos. A mais recente decisão judicial contra Cesar Franco.



Tribunal de Justiça Departamento Judiciário: Pauta de Julgamento do dia 01/09/2016 13:30 Sessão Ordinária - 2ª Câmara Criminal em Composição Integral e 2ª Câmara Criminal Relação No. 2016.09256 e 2016.09257 de Publicação Pauta de Julgamento da sessão ordinária do 2ª Câmara Criminal em Composição Integral e 2ª Câmara Criminal a realizar-se em 01/09/2016 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes. Apelação Crime 0045 . Processo: 1440252-5 Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Vara: 3ª Vara Criminal. Ação Originária: 00027925720068160013 --Ação Penal. Apelante (1): Cesar Roberto Franco . Advogado: Italo Tanaka Junior . Apelante (2): Eliseu João da Silva . Advogado: Valeria Suzana Ruiz , Viviani Costa. Apelado: Ministério Público do Estado do Paraná . Relator: Juiz Subst. 2º G. Marcel Guimarães Rotoli de Macedo (Des. José Mauricio Pinto de Almeida). Revisor: Des. Roberto De Vicente.

27 AGO 2016

IMPACTO PARANÁ

ARRASTANDO-SE NOS CORREDORES DO JUDICIÁRIO



Se existe alguma coisa que revolta é a injustiça.

Este livro que recebemos e que nos conta não uma história, mas a verdade em torno de uma situação criada criminosamente e que repercute ainda hoje por conta de situações que se arrastam no Judiciário. Marcelo Duarte Lins, comandante de voo que hoje atua nas Linhas Aéreas de Angola, é bacharel em Ciências Aeronáuticas, tem mais de 18 mil horas de voo em rotas no Brasil, América do Sul, América do Norte, Europa, Pacífico Norte e África, nos conta neste livro de 406 páginas, que merece uma referência elogiosa de todos que amam este país e não concordam com crimes deste tipo que foram e certamente continuam sendo perpetrados por certos personagens que hoje começaram a aparecer através da Operação Lava Jato.

Neste livro, como bem destaca Loana Rios Andrade Lima Bartolotti, que fez tese de doutorado abordando o pouso forçado da Varig que provocou a história da maior tragédia da aviação brasileira, como bem diz a capa desta obra, temos em mãos um verdadeiro registro de bordo da aviação deste país que, infelizmente, ainda não acordou para determinadas realidades que nos rodeiam e que precisam ter um paradeiro acabando com injustiças.

Com um texto de quem viveu a realidade da Varig e por ela sofreu, assim como tantos outros comandantes e funcionários em geral da companhia, em depoimentos que constam devidamente identificados nesta obra, fotos relembram pessoas e momentos que fazem parte desta triste história brasileira. Parabéns ao Comandante Marcelo Duarte Lins, pela coragem e dedicação a esta causa que apoiamos em gênero, número e grau como devem fazer todos os brasileiros.